



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 626 - DE 10 A 24 DE JANEIRO DE 2021 - R\$ 4,00

• ano se inicia

Pandemia descontrolada – 200 mil mortes
Fracassa a política burguesa do isolamento social
Pela vacinação universal, a começar
pelos bairros pobres e miseráveis

ABAIXO O SALÁRIO DE FOME DE BOLSONARO!

Por um salário mínimo vital, corrigido pela escala móvel de reajuste!
Que as centrais sindicais organizem imediatamente uma campanha
nacional pelos empregos, salários, direitos e saúde pública
Convocar as assembleias!
Constituir os comitês de empregados e desempregados!

Somente a classe operária organizada e independente
pode defender a maioria oprimida da decomposição
do capitalismo e lutar pela sociedade sem classes



102 anos dos assassinatos de Karl
Liebknecht e Rosa Luxemburgo

Memória eterna aos revolucionários que deram a vida pelo socialismo!



Agravamento da crise

Qual é a resposta da classe operária?

Um ano termina e outro se inicia, com o agravamento das crises sanitária, econômica e social. O Brasil ultrapassou a marca de 200 mil mortes, causadas pela pandemia. A “segunda onda” lotou os leitos e UTIs, e os óbitos diários atingiram pontos altos da série. Assim, cresceram as pressões sobre o governo federal para iniciar a vacinação ainda em janeiro. Não há como ocultar que a política burguesa do isolamento social fracassou. Restam as violentas consequências da pandemia e da crise econômica, que recaem principalmente sobre os pobres e miseráveis.

É nessas condições que, de um lado, se extinguiu o pequeno auxílio emergencial, e, de outro, Bolsonaro decretou o salário mínimo de R\$ 1.100,00, responsável pela vasta pobreza das massas. A Mercedes-Benz confirmou o objetivo de fechar a planta de Iracemápolis, em São Paulo, que resultará na destruição de 370 postos de trabalho. Do plano de demissão de 1.681, a Eletrobrás conseguiu impor 1.200, valendo-se do PDC (Plano de Demissão Consensual). A Petrobrás abriu o PDV (Plano de Demissão Voluntária), para o mês de janeiro. A diretoria de rebaixamento dos salários e das demissões são duas vias interligadas, e utilizadas pelos capitalistas e seus governos para descarregar a crise econômica sobre a classe operária e demais trabalhadores.

No fim do ano, os preços dos produtos de primeira necessidade foram elevados, pesando enormemente no valor da cesta básica. O salário mínimo de Bolsonaro é uma afronta às necessidades elementares da maioria dos brasileiros.

Nesse mesmo espaço de tempo, o agronegócio realizou um “tratoração” no interior do estado de São Paulo, exigindo do governador Doria a revogação da medida fiscal que retira 20% dos subsídios e benefícios, reonerando o ICMS. A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), e a Associação Paulista de Supermercado (Apas), mobilizaram 300 municípios com o tratoração. Diante do protesto, o governo suspendeu a aplicação. O pacote fiscal, aprovado pela Alesp, depois de grandes conflitos legislativos, em outubro, é abrangente, privatista e de ataque ao funcionalismo.

O prefeito reeleito, Covas, e o governador Doria, imediatamente, retiraram o direito de parte dos idosos ao passe transporte. Paulo Guedes, Ministro da Economia, aguarda a eleição da presidência da Câmara de Deputados, para

apresentar um projeto sobre a Carteira Verde Amarela. É uma medida que serve à implantação da reforma trabalhista. Com essa carteira, o patronato pode contratar sem que tenha de garantir direitos e fazer o recolhimento da contribuição previdenciária. Leva-se ao extremo a precarização das relações de trabalho.

A juventude vem sendo sacrificada ano a ano, por não ter empregos estáveis, direitos e salários regulares. É assombroso que 77,4%, dois terços da força de trabalho jovem, se encontram nessas condições de escravidão burguesa. Desemprego e subemprego das massas jovens refletem a desintegração do capitalismo e a barbárie.

O País inicia o ano oficialmente com 14,2 milhões de desempregados, 14,6% da força de trabalho, elevação do custo de vida, subemprego em alta, salário mínimo de fome, fim do auxílio emergencial, capitalistas publicando planos de demissões, governadores cortando benefícios aos pobres, e o ministério da Economia preparando a Carteira Verde Amarela.

A classe operária e demais explorados estão diante de tamanha calamidade, que terão de reagir, mais cedo ou mais tarde. A longa pandemia golpeou duramente os explorados. Mas, foram a sua desorganização e a política de conciliação de classes das direções sindicais e políticas que bloquearam as iniciativas de luta. Esse quadro de calamidade se choca com a passividade das massas. E expõe a traição das direções, que sujeitaram os sindicatos e as organizações populares à política burguesa do isolamento social. Essa camisa de força acabará sendo rompida pelas necessidades prementes e pela revolta instintiva dos explorados.

Está colocada a campanha em defesa dos empregos e salários. Trata-se de realizar uma ampla propaganda e agitação pela organização de um movimento nacional, constituído sobre a base das assembleias e dos comitês de base. Está ficando difícil à burocracia sindical manter o bloqueio da ação direta do proletariado. A bandeira de que as direções sindicais rompam com a política de subordinação aos interesses da burguesia, e abram os sindicatos para as massas se torna cada vez mais compreensível aos empregados e desempregados, em particular à juventude. É por essa via que a classe operária se recuperará dos golpes sofridos, e encabeçará o movimento da maioria oprimida contra a burguesia e seus governantes.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link é possível acessar outras plataformas, como Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Não poderia se esperar outra coisa do PT

A bancada parlamentar do PT se dividiu, mas acabou aprovando o apoio à candidatura de Baleia Rossi, MDB, para a presidência da Câmara de Deputados. Segundo cálculos, o apoio dos petistas viabiliza a vitória do homem indicado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia, DEM. O PT tem por companhia o PCdoB, PDT e PSB. Se essa frente garantir os votos, a derrota do candidato Arthur Lira, Progressistas, é certa. O problema está em que existe a possibilidade de trânsfugas contrariarem a decisão de seus partidos. A divisão no PSB se deu no sentido de que uma ala estava com Lira. No PT, inicialmente, vozes se manifestaram em favor do Progressistas. Essa parcela se viu em dificuldade no momento em que ficou bem claro que Lira era o homem de Bolsonaro. Uma outra parcela pretendia uma candidatura própria, para marcar oposição. O fato de 23 deputados votarem contra o apoio a Rossi, perdendo por apenas 4 votos, indicou o estado de confusão nas fileiras do PT. Bolsonaro e Lira contam com esse quadro insólito para reverter os cálculos, que dão 278 votos a Rossi, e 203, a Lira.

Por enquanto, ficou de fora o PSOL, que conta com 10 deputados. A crise interna não parece ser menor que a do PT. Segundo previsão da líder da bancada, Sâmia Bomfim, o PSOL terá uma resposta até o dia 15. O que indica a existência de um agrupamento parlamentar que está pelo alinhamento em torno a Baleia Rossi. Sâmia não guardou segredo de que essa é a sua posição. Diz que “*não se trata de uma questão de princípio, mas, sim, de tática*”. Entende que, no caso de ocorrer o segundo turno, “*vai ser inevitável dar o voto*” ao que ela considera candidato de oposição a Bolsonaro. Quando diz que é apenas questão de tática, transmite a posição de uma ala da bancada do PSOL, de que a “*prioridade*” é derrotar o candidato do governo. De fato, não pode ser uma questão de princípio para um partido que não o tem.

A disputa entre o candidato do MDB e do Progressistas expressa tão somente um alinhamento circunstancial entre partidos oligárquicos da burguesia. O MDB e o DEM constituíram, com o PSDB, a frente golpista que derrubou o governo do PT, sustentaram a ditadura civil de Temer, e criaram as condições políticas para a eleição do franco atirador Bolsonaro. Rodrigo Maia, na Câmara de Deputados, e David Alcolumbre, no Senado, ambos do DEM, vêm servindo de muro de arrimo ao governo mergulhado em uma profunda crise, que se desenvolve desde a sua posse. Bolsonaro foi obrigado a se submeter aos partidos do “Centrão”, para não perder as rédeas da governabilidade. Estabelecida a relação do executivo com o legislativo, por meio dessa aliança partidária, se enfraqueceu relativamente a posição do DEM, MDB e PSDB. É o que indica a desafiadora candidatura

de Arthur Lira. Nessa disputa, o PT comparece como um instrumento nas mãos da frente partidária, que o havia defenestrado do poder e possibilitado a prisão de Lula, bem como mantido a sobrevivência do apodrecido governo Temer.

Como se vê, os petistas podem também dizer que é apenas uma questão de tática e não de princípio. A declaração de Sâmia é de que o PT negociou cargos na mesa diretora, o que o PSOL não pode fazer ou tem muita dificuldade para isso, devido à sua debilidade parlamentar. Quem faz parte da jogatina no parlamento burguês não necessita de sujeitar a tática política a nenhum tipo de princípio. A disputa pelo controle da direção da Câmara de Deputados, neste caso, tem a particularidade de refletir as forças burguesas que terão o ano de 2021 para se preparar à corrida presidencial de 2022. Em outras palavras, trata-se de garantir a estabilidade política, diante de

Quem faz parte da jogatina no parlamento burguês não necessita de sujeitar a tática política a nenhum tipo de princípio. A disputa pelo controle da direção da Câmara de Deputados, neste caso, tem a particularidade de refletir as forças burguesas que terão o ano de 2021 para se preparar à corrida presidencial de 2022. Em outras palavras, trata-se de garantir a estabilidade política, diante de uma ampla crise econômica, cujos reflexos na vida das massas são esmagadores.

uma ampla crise econômica, cujos reflexos na vida das massas são esmagadores.

Pelo fato de não estar presente no parlamento da burguesia um partido revolucionário, não há como pôr em prática a relação entre princípio e tática. O parlamento é um instrumento de dominação da minoria burguesa sobre a maioria trabalhadora. Não há como transformá-lo em instrumento dos explorados. Aí está a fonte do princípio programático da total independência do partido revolucionário frente ao parlamento, e do objetivo de destruí-lo juntamente com a destruição integral do Estado burguês.

A luta contra o governo Bolsonaro somente virá da classe operária organizada no seu campo de independência de classe. Do contrário, continuarão imperando as disputas interburguesas entre oposições e situação. Entre uma frente oposicionista formada pelo PT, bem como uma outra formada pelo DEM, MDB e PSDB, e a frente governamental, apoiada em partidos do “Centrão”. Os reformistas usam o parlamento para ocultar o seu caráter de classe, confundir os explorados e submeter suas organizações ao Estado.

A tarefa da vanguarda com consciência de classe consiste em expor a política oportunista dos reformistas, e trabalhar pela construção do partido que tem por estratégia, princípio e tática a revolução proletária.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

Bolsonaro decreta o salário mínimo de fome

Lutemos pelo salário mínimo vital

1 de janeiro de 2021

Trabalhadores!

O novo salário mínimo de R\$ 1.100,00 perpetua a miséria de milhões de brasileiros. Segundo os cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o seu valor em novembro deveria ser R\$ 5.289,53. É o que uma família de 4 pessoas necessita, para viver com o necessário. Como se vê, a diferença é enorme. Uma família que dependa de R\$ 1.100,00 passa por duras privações, e até mesmo fome. A classe operária e demais explorados devem rechaçar o salário mínimo de miséria, e lutar pelo salário mínimo vital, que, se feitos os cálculos de todas as necessidades, é maior que R\$ 5.289,53. Cabem aos sindicatos apresentarem às assembleias o valor exato do salário mínimo vital.

Como se vê, a base sobre a qual se iniciou o processo de “valorização”, em 2006, era baixíssima. A queda constante do valor real do salário mínimo de 1940 não foi revertida na linha do tempo. O aumento real de 37,2%, no primeiro mandato de Lula, e o de 77,18%, nos 13 anos de governo petista, não passaram de migalhas, nas condições de pobreza e miserabilidade a que os capitalistas submetiam os trabalhadores.

O que temos visto, no entanto, é que as direções sindicais abandonaram a defesa do salário mínimo do Dieese. Isso se passou desde que o PT se tornou governo, e Lula estabeleceu a sua política de “valorização do salário mínimo”, em 2006. Em sua campanha eleitoral, prometeu dobrar o seu valor real. Dilma Rousseff, em 2011, formalizou em lei a diretriz de “valorização do salário mínimo”, cuja reposição do período de um ano seria feita aplicando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e a média do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), nos dois anos precedentes.

No período dos governos Lula e Dilma, o aumento real foi de 77,18%, segundo o Dieese. Em 2006, no ponto mais alto do aumento real, que foi de 13,04%, o salário mínimo chegou a R\$ 350,00, enquanto que, segundo o cálculo do Dieese, deveria ser de R\$ 1.564,52. Em janeiro de 2016, o salário mínimo chegou a R\$ 880,00, e o salário do Dieese, R\$ 3.856,23. A disparidade entre a pequena valorização e a necessidade real é visível.

Sob o governo nacionalista de Getúlio Vargas, se estabeleceu, na Constituição de 1934, o princípio de que o salário mínimo teria de preencher “as necessidades normais do trabalhador”, de acordo com as regiões (somente em 1984 seu valor foi unificado). Seis anos depois, no 1º de maio de 1940, pela primeira vez, se calculou o que se considerava “as necessidades normais do trabalhador”, que seriam de R\$ 1.202,29, valor atualizado em valores de 2011. Concebia-se o salário mínimo ao trabalhador individual, sem levar em conta se tinha família ou não.

Quando o salário mínimo completou 70 anos, em 2011, o

Dieese publicou um estudo, que mostra o valor mais alto alcançado, em 1959, de R\$ 1.732,28 (valor atualizado). Daí em diante, se constatou o predomínio da tendência de queda, em seu valor real. Entre 1965 e 1974, período da ditadura militar, o salário mínimo correspondeu, na média anual, a 69% do poder aquisitivo de 1940. Entre 1983 e 1991, 43%. No ano de 1994, caiu brutalmente para 24%. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, correspondeu a 31%. O Dieese também mostrou, em valores absolutos, que a diminuição constante do mais alto valor alcançado (R\$ 1.732,28), em 1959, foi maior no período da democratização do que no da ditadura militar.

O Dieese concebeu a política distributiva do governo petista, sob a fórmula da “valorização do salário mínimo”. Assinalou o quanto foi importante a colaboração das centrais sindicais com o governo federal, para se obterem ganhos reais entre 2004 e 2006. Nesse último ano, se chegou à posição de estabelecer o critério, que tornava permanente a sua valorização gradual. A ideia foi a de combinar a reposição das perdas inflacionárias com o PIB alcançado no ano anterior. Essa prática, utilizada a partir de 2008, foi posteriormente transformada em lei por Dilma Rousseff. Assim, as centrais e sindicatos não tinham mais motivos para defender o salário mínimo do Dieese. O auge do aumento real se deu em 2006, 13,04%. Mas o salário mínimo do último ano de Fernando Henrique foi de R\$ 200,00. Nos anos de 2003 e 2004, já no governo Lula, o aumento real foi de 1,23% e 1,19%, respectivamente. No ano seguinte, elevou-se para 8,23%. Como se vê, a base sobre a qual se iniciou o processo de “valorização”, em 2006, era baixíssima. A queda constante do valor real do salário mínimo de 1940 não foi revertida na linha do tempo. O aumento real de 37,2%, no primeiro mandato de Lula, e o de 77,18%, nos 13 anos de governo petista, não passaram de migalhas, nas condições de pobreza e miserabilidade a que os capitalistas submetiam os trabalhadores. Em 2016, último ano de Dilma, o salário mínimo teve um aumento real de 0,36%.

Segundo o IBGE, nesse mesmo ano, dos 88,9 milhões pessoas que trabalhavam, 44,4 milhões recebiam, em média, R\$ 747,00, quando o salário mínimo era de R\$ 880,00. O peso da informalidade empurrava ainda mais para baixo os ganhos de cerca de metade dos que trabalhavam. Destacavam-se, nesse universo, 4,4 milhões que viviam com uma média de R\$ 73,00 mensais. Bastam essas evidências para pôr abaixo a propaganda reformista dos grandes feitos da política de “valorização do salário mínimo”.

Entre 2017 e 2018, no governo Temer, o salário mínimo teve perda real, -0,10%, e 0,25%, respectivamente. No ano seguinte, sob o governo Bolsonaro, ocorreu uma pequena recuperação do valor real, de 1,14%. Agora, houve apenas o reajuste da inflação.

A pobreza e a miséria não têm como ser esvaziadas com a canequinha da chamada “valorização do salário mínimo”. E a burguesia não admite que nenhum governo faça concessões, por pequenas que sejam, aos explorados, nas condições de queda econômica e diminuição da taxa média de lucro. A história do salário mínimo, ainda que mal ou limitadamente contada,

expõe a história da superexploração e da polarização, entre a ultraminoria rica e a imensa maioria pobre.

O salário mínimo funciona como um piso para as demais faixas salariais. A necessidade crescente de lucratividade pressiona a diminuição do valor em toda a cadeia salarial. A burguesia busca a redução do preço da força de trabalho, e nunca o contrário. Em princípio, os capitalistas teriam de garantir um valor da força de trabalho que permitisse cobrir as necessidades fundamentais dos trabalhadores e, portanto, de suas famílias. Não é o que se passa. Milhões recebem de 1 a menos de 1 salário mínimo, o que não preenche as necessidades primárias. Eis por que persistem e se agravam as condições de miséria. Em 2018, o IBGE apurou que 13,7 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza (R\$ 151,00 por mês), e 51,7 milhões, abaixo da pobreza (R\$ 436,00 por mês). Essa realidade social espelha a alta concentração de riqueza, sob o controle da ultraminoria. Os 10% mais ricos ficam com 43% da renda nacional; e os 10% mais pobres, 0,8%.

O baixo valor do salário mínimo é apenas parte de um problema mais amplo. O desemprego e o subemprego, em grande escala, condicionam o mercado da força de trabalho. Os capitalistas se valem da intensa procura pelo emprego, para rebaixar o seu preço, e aviltar o seu valor. A aposentadoria está calcada no salário mínimo – em 2020, 70% do total dos beneficiários da Previdência recebiam 1 salário mínimo. No âmbito da administração pública, a maior parte se encontra na esfera municipal, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. O gigantesco peso da dívida pública e o saque do Tesouro Nacional limitam o governo a “valorizar” o salário mínimo. O simples reajuste inflacionário, decretado por Bolsonaro, atingirá mais duramente os assalariados das regiões mais pobres do país. Se a política de “valorização do salário mínimo” não altera substancialmente a situação de miserabilidade, a reposição inflacionária, sem aumento real, agrava a miserabilidade.

O abandono das centrais e sindicatos da defesa do salário mínimo do Dieese, para abraçar a linha reformista da “valorização do salário mínimo”, é um crime contra a classe operária e, em particular, contra milhões que sobrevivem com 1 a menos de 1 salário mínimo. A vanguarda com consciência de classe luta para a organização da maioria explorada, sob a bandeira do salário mínimo vital. Vital significa que nenhum trabalhador e nenhuma família receba menos que o necessário para manter suas vidas saudáveis. O cálculo deve ser feito por organizações da classe operária, completamente independentes dos interesses da burguesia. O salário mínimo vital deve ser corrigido automaticamente, de acordo com a elevação do custo de vida. Aplicando-se a escala móvel de reajuste, se manterá o valor real do salário mínimo.

A petulância de Bolsonaro em decretar o salário mínimo de R\$ 1.100,00 corresponde à ofensiva geral da burguesia, que, desde o golpe de Estado de 2016, impulsiona as contrarreformas (trabalhista, previdenciária, terceirização, administrativa). O curso geral de destruição de direitos conquistados caminha no sentido de desvalorizar a força de trabalho e aumentar a

taxa de sua exploração. Durante a pandemia, o governo se viu diante de um campo aberto, para auxiliar os capitalistas na implantação da reforma trabalhista. A MP 936 deu carta branca para a redução da jornada com redução de salários, bem como franqueando as demissões em massa. As direções sindicais, que procuraram alimentar as ilusões nas virtudes do governo petista – com a “valorização do salário mínimo”, programas assistenciais do tipo Bolsa-Família, e projetos de inclusão social –, se mostram passivas, diante dos ataques da burguesia e dos seus governantes. É previsível que a crise econômica continuará atingindo o país e as massas, no ano que se inicia.

O Partido Operário Revolucionário trabalha para que a classe operária rompa a passividade, imposta pela política de conciliação de classes de suas direções, e reforçada pelo desemprego em massa. Trabalha pela constituição de uma frente única de combate pelo salário mínimo vital, escala móvel de reajuste, redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade

no emprego, fim da terceirização, efetivação de todos os terceirizados, abolição das discriminações empregatícias e salariais, trabalho igual, salário igual e implantação da escala móvel das horas de trabalho, para acabar definitivamente com o desemprego e subemprego. Trabalha pela convocação das assembleias presenciais, para discutir esse programa, e decidir sobre as formas de luta coletiva. Trabalha para que se formem os comitês de empregados e desempregados, de efetivos e terceirizados.

Não se pode tardar em tomar tais decisões; caso contrário, a miséria e fome continuarão avançando, destruindo famílias e matando velhos, jovens e crianças. A política

burguesa do isolamento social, o programa de emergência do governo, as demissões, reduções salariais e fechamento de fábricas já causaram um grande estrago na vida da maioria oprimida. É necessário reagir imediatamente!

A luta da classe operária e de sua vanguarda com consciência de classe deve se dirigir contra os capitalistas e seu Estado, que, não apenas são incapazes de superar a fome e as calamidades sociais, como as potenciam. O programa que liga as reivindicações mais elementares, como salário mínimo vital, ao fim da miséria e fome, tem por objetivo histórico expropriar a propriedade privada dos meios de produção, e transformá-la em propriedade social, socialista. A unidade da maioria oprimida em torno ao proletariado possibilitará ao partido revolucionário dirigir a luta pela derrocada do poder da burguesia, constituição de um governo operário e camponês, e implantação da ditadura do proletariado, de transição do capitalismo ao socialismo.

Abaixo o salário mínimo de fome de Bolsonaro!

Por um salário mínimo vital!

Constituir uma frente única de luta, baseada nas assembleias e nos comitês de base!

Meia dúzia de laboratórios multinacionais ditam o curso da vacina

Somente a classe operária organizada e mobilizada pode defender a vida da maioria oprimida

28 de dezembro de 2020

Está claríssimo o fracasso da política burguesa do isolamento social, para conter a propagação do vírus e a mortandade. O que, por sua vez, evidenciou que os governos somente em palavras se colocaram pela defesa da vida. Acima de tudo, imperaram e imperam o poder econômico e o lucro. Não foi possível ocultar que a pandemia descontrolada se apresentou antes de mais nada como um problema de classe. Apesar de o vírus não distinguir os pobres dos ricos, suas consequências naturais e econômicas se encarregaram de pôr à luz do dia a brutal distinção. Os pobres e miseráveis compareceram como os mais desprotegidos, em todos os sentidos. Assim, foram e estão sendo os mais afetados, e os que mais choram pelos seus mortos.

Era previsível que os governos, os parlamentos, os partidos da ordem, a imprensa e as organizações assistencialistas fizessem de tudo para ocultar o profundo precipício que separa a maioria oprimida da minoria burguesa. Contribuíram para isso os partidos de esquerda, reformistas e centristas, e a burocracia sindical, que se alinharam por detrás da política burguesa do isolamento social. Contribuíram para impedir a organização independente dos explorados e a elevação da consciência de classe, de que a burguesia e seus governos não iriam, de fato, colocar todos os recursos que o capitalismo acumulou para os proteger. Impediram de usar a única arma, em tais condições, que são a organização e manifestações coletivas. Permitiram que a burguesia e seus governos mantivessem as rédeas da situação sanitária, econômica e política. Em outras palavras, possibilitaram aos exploradores manipular as massas e evitarem revoltas.

O reconhecimento, de que um novo surto do Covid-19 impulsionou a proliferação e retomou os altos índices de mortalidade, é a confissão do fracasso da política burguesa do isolamento social. Agora, com o início da vacinação, a burguesia e seus governos dão novas esperanças ao mundo. Uma outra etapa de enfrentamento à pandemia se abriu. Admite-se, por quase unanimidade, que existem maiores possibilidades de conter o ciclo viral, que oficialmente se manifestou no início de 2020.

A maravilha das descobertas, no entanto, sofre os mesmos condicionamentos de classe, que o recurso utilizado na forma de isolamento social. O poder econômico continua a ditar o alcance e o limite das várias vacinas, já aprovadas ou em vias de aprovação.

Os governos burgueses formatam os planos de imunização, de acordo com o que acham possível e prioritário. A classe operária e demais explorados estão completamente à margem, passivos e incapazes de influenciar qualquer que seja a decisão que venha do Estado. As potências têm o privilégio de adquirir a maior parte da produção, e dar início à vacinação. Os países semicoloniais estão obrigados a aguardar o momento em que a indústria farmacêutica

alcance um excedente. Aqueles que conseguiram iniciar a vacinação não deixam de depender da prioridade dos países ricos, que adquiriram antecipadamente milhões de doses do imunizante. Entre os países semicoloniais, a maioria não tem condições de aumentar o seu endividamento público, e esperam que organismos internacionais do imperialismo acabem por viabilizar a chegada da vacina.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) procurou estabelecer um fundo comum para a compra das vacinas e distribuição às nações mais pobres. Fundações assistenciais de milionários – a exemplo da Fundação Bill e Melinda Gates – constituíram a Parceria ACT-Accelerator com a OMS, mas fracassou no objetivo determinado. Por enquanto, os governos imperialistas e os monopólios

da indústria farmacêutica se voltam para resolver seus próprios problemas.

A distinção entre os países que detêm a vacina e os que não detêm é própria da estrutura mundial do capitalismo, em que abriga países interligados por elos diversos de desenvolvimento e atraso econômico e social. A pandemia não os distinguiu, atingiu a todos em maior ou menor escala.

O que os distingue diante da pandemia

são os laços de exploração, saque e subordinação da maioria das nações oprimidas pela minoria das nações opressoras. Um punhado de países e laboratórios multinacionais têm em suas mãos o destino de todo o globo terrestre. Essa escala de valor e de prioridade é ditada pelo poder econômico, em um mundo habitado por 7,79 bilhões de seres.

A OMS, que tanta presença teve para que os governos aplicassem a política burguesa do isolamento social, assiste à ignominiosa disputa comercial pela vacina entre os laboratórios e as imposições das potências. Não teve como sustentar a hipócrita propaganda sobre a necessidade de proteger os países mais pobres, por meio de um fundo comum de vacinação. De nada adianta, na prática, as brilhantes análises de especialistas de que o acesso “assimétrico” às vacinas aumentará ainda mais as desigualdades mundiais. O fato é que os laboratórios estão à procura de quem paga mais, e garanta a compra imediata em grandes partidas da produção. Em meio a isso, se desenvolve a guerra comercial dos Estados Unidos com a China, principalmente.

A imposição da vacina da Pfizer-BioNtech, forçando o domínio de um dos monopólios, se levanta como um obstáculo à produção, e ampla distribuição das demais vacinas, principalmente as da China e Rússia. Ao não ser possível a cooperação, retarda-se o processo científico, dificulta-se a produção, e limita-se a circulação dessa mercadoria, que se tornou um valioso trunfo econômico e político. Existem todas as condições para a ampla produção e distribuição, mas as travas dos monopólios reduzem as possibilidades de se realizar uma abrangente campanha mundial de imunização.

A distinção entre os países que detêm a vacina e os que não detêm é própria da estrutura mundial do capitalismo, em que abriga países interligados por elos diversos de desenvolvimento e atraso econômico e social.

O Brasil se destaca como um caso particular dentre os países semicoloniais. Tem uma indústria altamente capacitada para produzir em grande escala, qualquer uma das vacinas. O Instituto Butantan e a Fiocruz estão à espera de autorização e de meios financeiros para acionarem toda a sua potencialidade de produção. A submissão do governo Bolsonaro à guerra comercial, e a sua própria posição contrária à vacina, vêm retardando o início da imunização. As dissensões políticas atrasam o avanço do processo de produção e distribuição, quando a única solução é a da vacina. Por trás dos conflitos interburgueses, estão os interesses particulares das potências e dos respectivos monopólios farmacêuticos. Sem a independência nacional, o Brasil é guiado pelas forças que protagonizam a guerra comercial.

Coincidiu que a pandemia sobreveio no momento em que o País é gerenciado por um governo ultradireitista e obscurantista. Bolsonaro manobra com os conflitos de interesses externos entre Estados Unidos e China, para viabilizar suas ideias místicas, praticadas por uma boa parte das igrejas evangélicas. Evidentemente, não tem como transformá-las em política hegemônica. O que faz é despejar entulhos contra a vacina. Seu ministério da Saúde não teve como descartar a vacina da Sinovac, tamanha a pressão da oposição centro-direitista, encabeçada pelo governo de São Paulo, João Doria. O Supremo Tribunal Superior (STF) chegou a ser evocado para exigir do ministro-general, Eduardo Pazuello, que definisse um cronograma de vacinação. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi denunciada por servir às diretrizes do governo federal. Abriu-se, inclusive, uma crise política de caráter federativo. Aos solavancos e ao agravamento da pandemia, caminha-se vagarosamente para o início da vacinação.

Os últimos entraves erguidos por Bolsonaro foram o de pretender exigir um termo de compromisso da população vacinada de que se responsabilizaria por qualquer efeito adverso e o de determinar a não obrigatoriedade da vacinação. No primeiro caso, procurou provocar o medo. No segundo, atender à fé das seitas religiosas. O Estado e os monopólios têm corresponsabilidade, em qualquer situação, diante da vida da população. A única maneira de levar à prática essa responsabilidade é se a classe operária estiver organizada. A posição contrária à obrigatoriedade da vacina é de cunho liberal-burguês, que sobrepõe a vontade dos indivíduos sobre a necessidade coletiva. Nos Estados Unidos, chegou-se a discutir a não-obrigatoriedade de uso de máscara. No Brasil, isso não foi um problema. Apesar do desrespeito, o uso é obrigatório. O nosso real problema – e o da maioria dos países – se encontra no atraso da vacinação, e da previsão de que a população não será vacinada como um todo em curto prazo de tempo.

Era para a classe operária e demais explorados ganharem às ruas, exigindo o fim dos obstáculos que impedem a produção e distribuição da vacina, tanto no Brasil quanto nos demais países semicoloniais. Era para as massas se colocarem em pé de guerra pelo fim imediato das patentes, pela livre difusão dos segredos científicos, pela expropriação e nacionalização dos monopólios farmacêuticos. E para que o plano de vacinação começasse pelos mais pobres, miseráveis e “vulneráveis”. A prioridade é a de iniciar a campanha massiva nos bairros operários, favelas e cortiços. Quanto mais a imunização abranger as massas, mais se desenvolve a proteção a toda a sociedade. A obrigatoriedade vem no sentido de que as necessidades coletivas não podem ser violadas pelas atitudes individuais. Somente assim, se combate as diretrizes de classe emanadas do Estado burguês. Evidentemente, essa decisão somente pode ser cumprida em favor de toda a sociedade, caso a classe operária se manifeste organizadamente em defesa de seu programa próprio. Um dos obstáculos a ser removido é o da política de conciliação de classes, que submeteu a maioria oprimida à política burguesa do isolamento social.

A luta do proletariado pelo controle e erradicação da pandemia não se limita à vacina, que não passa de um recurso circunstancial. Os explorados são atingidos, ao mesmo tempo, pelas crises sanitária e econômica. O desemprego, subemprego, pobreza e miséria atentam contra a vida de milhões. O ano que adentra será de mais desventura à população, caso não se rebele contra a situação de penúria e as novas medidas antinacionais e antipopulares dos governos. É sintomática a previsão de analistas econômicos de que o fim do miserável auxílio emergencial resultará no aumento da fome. O rebaixamento dos salários durante a pandemia, combinado com as demissões em massa, ocorre quando aumenta o preço dos produtos de primeira necessidade.

A defesa da vacinação universal, a começar pelos mais pobres e miseráveis, deve ser acompanhada das bandeiras de redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários; emprego a todos, com a escala móvel das horas de trabalho; salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste; sistema único de saúde pública, com a estatização do sistema privado, sem indenização. Esse plano de reivindicações pode unir a maioria oprimida em torno à classe operária, que, como classe revolucionária, tem o objetivo histórico de destruir o poder da burguesia, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e iniciar a transição do capitalismo para o socialismo. O controle e erradicação das pandemias se tornarão possíveis com fim da sociedade de classes, e, assim, com a eliminação da pobreza e de miséria.

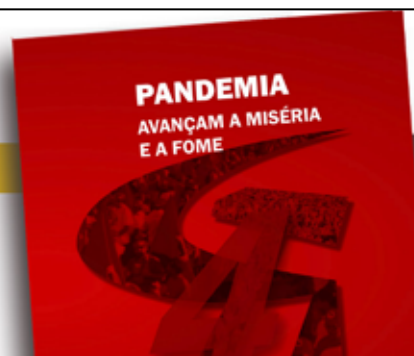
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Abaixo a disputa da vacina!

12 de dezembro de 2020

A classe operária e demais explorados devem exigir o fim imediato da concorrência capitalista em torno das diversas vacinas. Os laboratórios têm interesse financeiro na utilização de um dos meios mais esperados de contenção da pandemia. Um punhado de países, que os sedia e controla o monopólio do conhecimento científico, desencadeou uma guerra comercial, para impor a vacina à maioria dos países, completamente desprotegidos e incapazes de fazer frente ao avanço do coronavírus com suas próprias forças.

A disputa pela vacina é parte da guerra comercial geral, que se vem agravando, desde a eclosão da crise mundial de 2008. Os Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump, decretaram estado de guerra comercial, tendo a China como principal alvo. A superprodução mundial e a tendência à queda da taxa média de lucro dos monopólios vêm opondo um país aos outros, e todos contra todos. As potências encarnam e impulsionam medidas protecionistas e concorrenciais, objetivando se defenderem da crise, que desintegra o capitalismo e agiganta a barbárie social. Como é inevitável a destruição de parte das forças produtivas mundiais, que resulta em quebra econômica, aumento exponencial do desemprego e avanço da miséria, as potências agem no sentido de se livrarem do pior da crise, descarregando-a sobre a imensa maioria dos países, economicamente atrasados e incapazes de responderem à guerra comercial.

O isolamento social, como prática científica, esteve a cargo da política ou políticas burguesas. Evidenciou que, antes de tudo, a pandemia se convertia em um problema de classe, embora atingisse indistintamente exploradores e explorados, classe média e classe operária, ricos e pobres. A incidência da doença e mortandade recaiam sobre as massas desprotegidas.

O imperialismo norte-americano se aproveitou dos impasses econômicos da China, para, nos anos de 1970, obrigar a burocracia do Partido Comunista a baixar as fronteiras do país à maciça penetração das multinacionais. Abriu-se caminho para o avanço da restauração capitalista, que tomaria conta da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e do Leste Europeu. O amplo movimento de destruição das conquistas socialistas do proletariado, e de triunfo das forças de restauração do capitalismo, se esgotou em pouco mais de três décadas. A China, que se ergueu como potência econômica, com a invasão das multinacionais em sua economia, e com a imersão no mercado mundial, regida por um poderoso capitalismo de Estado, passou de instrumento da política norte-americana à condição de um dos mais potentes rivais. A restauração capitalista, que se acelerou no quadro da retomada da crise mundial do pós-guerra, serviu de amortecedor da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Esgotado, o processo se transformou em seu contrário, potenciando a crise de superprodução e a guerra comercial.

Da China, por ventura, o vírus Covid-19 se espalhou ao mundo. Trump procurou responsabilizá-la, e exigir da Organização Mundial da Saúde (OMS) um posicionamento, alinhado aos Estados Unidos. A potência se valia da pandemia para fortalecer a guerra comercial com a China. O alinhamento se inviabilizou, na medida em que o governo norte-americano assumiu um curso distinto das potências europeias no enfrentamento à pandemia, que seguiram as diretrizes da OMS, baseadas no isolamento social. Sabia-se perfeitamente que, enquanto não houvesse um imunizante, as orientações dos infectologistas eram circunstanciais, limitadas e incapazes de vencer a marcha da contaminação e das mortes. É o que se passou. O isolamento social, como prática científica, esteve a cargo da política ou políticas burguesas. Evidenciou que, antes de tudo, a pandemia se convertia em um problema de classe, embora atingisse indistintamente exploradores e explorados, classe média e classe operária, ricos e pobres. A incidência da doença e mortandade recaiam sobre as massas desprotegidas.

Nesses longos meses de pandemia, ficou patente que a imunização natural não teria como conter o vírus no curto prazo, e reduzir o alto índice de óbitos. A imensa vastidão da pobreza e miséria foi o principal indutor da proliferação e resistência do vírus letal. Por mais rigoroso que fosse o isolamento social, sua eficácia se anulava, diante das necessidades dos explorados, da inviabilidade dos governos burgueses de protegê-los, como um todo, e dos interesses do poder econômico.

No horizonte, restava apenas a busca dos laboratórios pela vacina. A urgência e a necessidade de vida ou morte estavam estive, porém, condicionadas aos objetivos econômicos e aos conflitos entre as potências, principalmente entre Estados Unidos e China. A ciência, a tecnologia e a indústria, sob a forma de capital, são guiadas pelo lucro. E o lucro opõe as multinacionais, países e governos entre si, especialmente nas condições de agravamento da guerra comercial. As massas exploradas não têm outra saída, senão aguardar o resultado da disputa de interesses, que ocorre nas entranhas da burguesia mundial. Isso por que a classe operária se encontra desorganizada e submetida às variantes da política burguesa. No Brasil, a cisão entre o governo federal e os governadores, que se alinharam com o estado de São Paulo na defesa das diretrizes da OMS, refletiu as distintas orientações que se manifestaram no plano mundial.

Foi notório o alinhamento do presidente Bolsonaro com Trump. O governador de São Paulo, João Doria, liderou, desde o início da pandemia, um movimento oposicionista, sob a bandeira do isolamento social. Diante da impossibilidade de manter esse recurso ao longo do tempo, presidente e governadores chegaram ao denominador comum de que era preciso flexibilizar e voltar à normalidade econômica. O país aproxi-

ma-se, nesse momento, dos 200 mil mortos, sendo a grande maioria de pobres e miseráveis, que sequer contaram com as condições necessárias da saúde pública. Bolsonaro fez, em junho, um acordo com a farmacêutica AstraZeneca-Oxford de compra da vacina, encarregando a Fiocruz de viabilizá-lo. Essa preferência implicava excluir outras vacinas, que também estavam em estado avançado de testes. Doria, por outro lado, estabeleceu um convênio com a vacina do laboratório Sinovac, proveniente da China, encarregando o Instituto Butantan de produzi-la. O estado do Paraná mostrou interesse na vacina Sputnik 5, da Rússia.

O conflito político em torno à vacina não foi senão um desdobramento das divergências iniciais. É certo que a dissensão entre Bolsonaro e Doria tem a ver com a futura eleição presidencial. No entanto, os interesses eleitorais são tão somente parte de um problema maior. O clã dos Bolsonaros envolveu a decisão do governador de São Paulo a posições ideológicas. A China seria responsável pela pandemia, como havia denunciado Trump, e havia interesses de “comunistas” por trás da vacina. Embora se tratasse de uma imbecilidade, revelou a resistência do presidente em aceitar a vacina Coronavac, como parte do Plano Nacional de Imunização (PNI). O acordo com a AstraZeneca pressupunha o monopólio ditado pelo governo federal, o qual os estados e municípios teriam de acatar. O problema não parava por aí. Bolsonaro, na condição de adepto dos evangélicos, é contra a vacinação. Evidentemente, não poderia ser consequente com a insanidade religiosa, ao ponto de negar terminantemente a vacinação. Está aí por que a torna voluntária, não-obrigatória. Essa é a mesma atitude política da Inglaterra, que sedia a AstraZeneca. De um lado, Bolsonaro atendeu aos interesses de um dos laboratórios, de outro, a resistência dos evangélicos à vacinação. O conflito ideológico em torno à vacina, como se vê, envolve, não apenas as imbecilidades quanto à origem “comunista” da vacina, como também aos desígnios da religião.

Estabelecidas as duas linhas de força – Bolsonaro/AstraZeneca e Doria/Sinovac –, sobreveio um problema nos testes da AstraZeneca. O que colocou a vacina inglesa em condições concorrenciais inferiores à vacina chinesa. Um acidente de percurso com um dos voluntários aos testes da Coronavac, que nada tinha a ver com a vacina, foi utilizado pelos agentes de Bolsonaro na Anvisa, para interromper o processo de testagem. Instalou-se uma crise política, envolvendo a Agência responsável pela liberação das vacinas. Os bolsonaristas procuraram comprometer, sem nenhum fundamento, a qualidade científica do laboratório chinês.

O embate do governo federal com a posição do governador de São Paulo foi ao fundo do pântano. A China é o maior importador de commodities do Brasil. Boa parte dessas exportações cabe ao estado de São Paulo. Setores da burguesia – da agroindústria e de exportadores – intervieram no sentido de não criar uma contenda exterior com a China, que reagiu veementemente, em termos diplomáticos, às injúrias do clã de Bolsonaro. Nota-se o quanto a Anvisa, a Fiocruz e o Butantan se submeteram ao fogo cruzado dos governantes, quando o país se encontrava e se encontra em situação de calamidade emergencial.

Por baixo dessa rinha, a pandemia mantinha seus altos índices de contaminação e mortes. Os explorados continuaram

como as principais vítimas da doença, do desemprego, do rebaixamento salarial, da perda de direitos, e da incapacidade da burguesia de resolver a crise sanitária. Está claro que a guerra comercial, envolvida em uma nuvem de fumaça ideológica, era importada pelo Brasil do exterior. Não tinha a ver com as necessidades reais do país. Eis que a vacina da Pfizer/BioNTech – norte-americana e alemã – ganhou terreno. O governo inglês pôs de lado a vacina AstraZeneca e agilizou a adoção da Pfizer, iniciando a vacinação, em 8 de dezembro. A Agência de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA) autorizou

O conflito político em torno à vacina não foi senão um desdobramento das divergências iniciais.

É certo que a dissensão entre Bolsonaro e Doria tem a ver com a futura eleição presidencial.

No entanto, os interesses eleitorais são tão somente parte de um problema maior.

o uso da vacina da Pfizer. E o governo Bolsonaro, como uma obediente ovelha, correu a fazer um acordo de compra da vacina norte-americana. Diante dessa movimentação, Doria lançou uma manobra política, anunciando que o estado de São Paulo iniciaria sua vacinação em 25 de janeiro, contando com apoio de uma importante parcela de governadores e prefeitos. Deu ordem também ao início da fabricação nacional da Coronavac em escala. O governador não ocultou que se tratava de uma pressão sobre a Anvisa e o Ministério da Saúde, diante da virada de Bolsonaro para o lado da Pfizer. A guerra comercial havia se agudizado. Caso a Coronavac fosse preterida, os Estados Unidos e Bolsonaro seriam os vencedores. A solução intermediária se viabilizaria, caso o governo federal adquirisse todas as vacinas, cujas testagens fossem aprovadas pela Anvisa.

Tornou-se inadmissível a Bolsonaro, que seu rival cumprisse a promessa de iniciar a vacinação, independentemente da autorização da Anvisa e do Ministério da Saúde. Esteve nos cálculos de Doria a possibilidade de obter um visto positivo por agências reguladoras internacionais. Premido, Bolsonaro acionou o Ministério da Saúde a impor a centralização da imunização. Nenhum estado poderia tomar a frente, desrespeitando o Plano Nacional de Imunização. Em um clima de tensão política, envolvendo o velho problema do federalismo, da centralização autoritária e da descentralização democrática, foi anunciada por Bolsonaro a edição de uma Medida Provisória, que estabelece recursos para compra das vacinas. O ministro da Saúde, general Pazuello, indicou que o PNI contará com todas as vacinas.

É sintomático que Bolsonaro tenha soltado da coleira o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), para informar a in-

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

tenção de requisitar as vacinas, no caso do estado de São Paulo decidir por um caminho próprio. O ataque acirrado de Caiado a Doria foi a forma encontrada para Bolsonaro permanecer por detrás da cortina. Chegou-se ao ponto de se afirmar que estava em curso uma ruptura no descumprimento da Constituição e do federalismo. É visível que se tratou de uma espuma cinzenta ao embate entre a direita e a ultradireita burguesas, em torno da crise sanitária e econômica. Mas, não deixa de indicar a presença do antigo conflito federativo, que volta e meia vem à tona, em determinadas condições da crise política. Tudo indica que a maior probabilidade é de que Bolsonaro e Doria cheguem a um denominador comum, como chegaram com a flexibilização do isolamento social.

O choque entre essas duas variantes da política burguesa vai até o ponto de não romperem no fundamental, que é a necessidade capitalista de descarregar a crise sobre a maioria oprimida. Durante toda a pandemia, a classe operária e demais trabalhadores foram mantidos na mais profunda passividade, como se nada tivessem a ver com as soluções impostas pelas forças burguesas em conflito. Na mais terrível situação de contaminação, mortes, diminuição dos salários, perda de empregos, destruição de direitos, implantação da reforma trabalhista, avanço da terceirização, e aumento da informalidade, é como se tudo isso combinado fosse inevitável, e uma provação que as massas tinham de passar. As contendas entre Bolsonaro e Doria serviram para desorientar os explorados, e ocultar as reais causas das medidas antioperárias e antipopulares. Acuadas, temerosas e confusas, as massas foram sendo envolvidas pelas crises sanitária e econômica, como se não pudessem reagir à camisa de força que a burguesia e seus governantes lhes impuseram.

A burocracia sindical – dos mais diversos matizes políticos – sujeitou as organizações do proletariado ao jogo e manobras, protagonizados por Bolsonaro e Doria. Comportaram-se como serviçais dos capitalistas, que passaram a aplicar a MP 936, a recorrer a acordos de demissão, e a expandir a formas precarizadas de contratação. Os sindicatos fecharam as portas, e os burocratas se valeram das “assembleias” virtuais, para colaborar descaradamente com o patronato. A classe operária, desarmada de suas assembleias reais, de sua democracia real, e de sua capacidade coletiva real, agora, assiste atônita a “guerra

das vacinas”, a imposição ao país dos interesses dos abutres que controlam a indústria da saúde, a ciência e a tecnologia. É imprescindível denunciar o PT e PCdoB como responsáveis pelas ações da burocracia sindical. Os seguidistas do reformismo, PSOL e PSTU, não terão como escapar dessa responsabilidade.

A única resposta mais eficaz dos capitalistas e seus governos é a vacina. O isolamento social se mostrou limitado, fracassou e potencializou a crise econômica, que a burguesia vem descarregando sobre as massas. Está demonstrado que a imunização natural cai por terra nas condições de pobreza e miséria, que prevalecem em todo o mundo. Os organismos debilitados pela fome, pela exaustão e pelas comorbidades, que prevalecem entre os miseráveis, não têm como reagir naturalmente às endemias, epidemias e pandemias. As condições de defesa natural do organismo humano serão reconstituídas na sociedade sem classe, comunista, em que a pobreza, miséria e fome, provenientes da exploração do trabalho, serão definitivamente erradicadas. A ciência médica será auxiliar no enfrentamento

aos fenômenos naturais, que vitimam os seres. O que os explorados contam no capitalismo é a vacina na forma de capital, de forma que sequer a OMS conseguiu uma ação comum internacional. Os países ricos já compraram centenas de milhões de unidades. Os países semipobres se endividarão ainda mais, e os muito pobres dependerão da ajuda “humanitária” da OMS. Uma grande operação comercial e financeira se processa por cima dos milhares de cadáveres, deixados pela pandemia.

Somente a superação da desorganização, da inércia e do pavor dos explorados

poderá combater os interesses dos capitalistas, e exigir a vacina universal e gratuita. O programa que responde, consequentemente, ao capitalismo em decomposição e ao avanço da barbárie social é o da expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. É na luta pelo poder, pela constituição de um governo operário e camponês, que se criam as condições da luta de classes, para viabilizar o programa de transformação do capitalismo em socialismo. Assim, se dará início à erradicação da pobreza, miséria e fome, semeeiros das doenças. Imediatamente, trata-se de pôr em pé um movimento pela recuperação dos postos de trabalho e dos salários; pela derrubada das contrarreformas e pela vacina universal e gratuita.

As condições de defesa natural do organismo humano serão reconstituídas na sociedade sem classe, comunista, em que a pobreza, miséria e fome, provenientes da exploração do trabalho, serão definitivamente erradicadas. A ciência médica será auxiliar no enfrentamento aos fenômenos naturais, que vitimam os seres.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa*Manifesto do Partido Operário Revolucionário***Retomar a luta presencial para pôr abaixo a Contrarreforma Administrativa e as privatizações! Que as Centrais e Sindicatos ergam uma frente única em defesa dos empregos, salários e direitos!**

10 de dezembro de 2020

Com ou sem atritos, o governo Bolsonaro, o Congresso Nacional e o Judiciário se mantêm unidos em sua marcha antinacional e antipopular. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, avisou que as votações da PEC 32 e PEC Emergencial podem dar-se antes do início do próximo ano legislativo, em fevereiro de 2021.

Não podemos depositar NENHUMA confiança nas disputas interburguesas. Já são muitas derrotas acumuladas, por conta da traição das direções das maiores centrais sindicais, que canalizaram as últimas lutas nacionais das ruas e greves gerais para o estreito terreno do parlamento e das disputas eleitorais. É preciso aprender com estas derrotas e recusar que as direções continuem a empurrar o movimento para esta via. É preciso construir um forte movimento, por meio de assembleias e comitês presenciais, que tenham como método prioritário a ação direta coletiva.

A submissão das direções sindicais, populares e estudantis à política burguesa do isolamento social deixou os explorados e oprimidos completamente indefesos, diante da conjunção da crise econômica e pandêmica. A burguesia aproveitou a pandemia para avançar no rebaixamento de salários e na destruição de direitos e postos de trabalho. Diante da divisão inicial entre Bolsonaro e os governadores, as burocracias sindicais se embocaram com os governadores, chegando a chamar Doria para discursar no palanque do 1º de Maio virtual. Todas as lutas foram desmontadas, começando pelo 18 de março. Em nome do “fique em casa”, inacessível para a grande parte da população, e já totalmente rompido por todos os governos, proliferaram as assembleias e atos virtuais, que serviram apenas para legitimar acordos de demissão, rebaixamento de salários e destruição de direitos. As massas pagaram e continuam pagando os custos da crise econômica e pandêmica com suas vidas, com seus empregos e renda.

Traçar este quadro é fundamental para que haja uma ação consciente da vanguarda que atua no funcionalismo, para exigir das direções que retomem as formas presenciais de deliberação e luta. Depois que as esquerdas se lançaram à caça de votos nas eleições municipais, é pura hipocrisia sustentar a inviabilidade da luta presencial. Não ignoramos que a pandemia continua matando e deixando milhares com sequelas. Porém, não podemos confiar nossas vidas nas mãos da burguesia, ainda é necessário lutar por um plano emergencial próprio em defesa da maioria nacional.

Um plano geral de destruição dos serviços públicos

A contrarreforma administrativa é parte de um longo percurso de destruição dos Serviços Públicos. Retoma os elos asentados pelo governo FHC, com a Reforma do Estado, criação das Organizações Sociais e leilões de estatais; aprofunda a mercantilização e desnacionalização dos direitos sociais e as parcerias público-privadas, largamente usadas sob os governos petistas; segue a Emenda Constitucional 95/2016, do Teto dos Gastos, aprovada por Temer; estende às estatais as regras da Reforma Trabalhista e Sindical de 2017, e aprofunda a terceirização. Dá novos passos no desmonte da Previdência social, partindo da devastação promovida pela Reforma de Bolsonaro e do Congresso Nacional.

A PEC 32 forma um conjunto com a Reforma Tributária, que descarregará, sobre os mais pobres, um maior peso no pagamento de impostos; a extinção dos Fundos (PEC 187/2019); a PEC do Pacto Federativo (188/2019), que desvincula recursos orçamentários, extingue municípios, permite redução de vencimentos de servidores; e o Programa de privatizações, que prevê a venda total, parcial ou abertura de capital das estatais de Petróleo, Energia Elétrica, Correios, Bancos, Transportes, Infraestrutura, dentre outras.

Qualquer concessão ao ajuste fiscal feito pelo governo federal é uma colaboração com a diretriz de sustentação do parasitismo financeiro. Por detrás de todas estas medidas de destruição dos serviços públicos, está o imperativo de garantir os superávits primários, para manter o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

A passividade das direções do funcionalismo público, diante da aprovação da Lei Complementar 101/2020, que congela os salários até 31 de dezembro de 2021, foi saudada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como sinal de “patriotismo” e reconhecimento de que os salários dos servidores de fato já eram altos.

Qualquer concessão ao ajuste fiscal feito pelo governo federal é uma colaboração com a diretriz de sustentação do parasitismo financeiro. Por detrás de todas estas medidas de destruição dos serviços públicos, está o imperativo de garantir os superávits primários, para manter o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. O corte, desvinculação e desindexação no orçamento dos direitos sociais têm, como contrapartida, o avanço da mercantilização e desnacionalização, objetivando abrir novos campos de valorização para o capital.

As mentiras do Governo

As falsificações do governo são amplamente difundidas pela mídia monopolista. Dizem que os funcionários públicos são privilegiados, quando, na realidade, 57% dos servidores tem rendimentos de até 4 salários mínimos, ou seja, de R\$ 3.816,00 (dados de 2018), abaixo do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE. Usam a imagem do desperdício e supersalários, mas pouparão os militares, parlamentares e altas esferas do judiciário, enquanto atingirão os servidores, que lutam, ano após ano, por melhores condições de trabalho e por reposição salarial. Do total de servidores existentes, por exemplo, 39,8% são trabalhadores da Educação Básica e da Saúde, são professoras e enfermeiras, as que mais serão atingidas com a Reforma, enquanto os verdadeiros parasitas serão poupados.

Outra grande mentira é a de que a reforma administrativa é condição para o Brasil crescer. É a mesma história que foi falada, quando aprovaram a EC do teto dos gastos, a reforma trabalhista e da Previdência. Enquanto isso, o Brasil continua totalmente sujeito ao saque das riquezas nacionais, com suas massas cada vez mais empobrecidas e a economia estagnada.

Para tentar quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, o governo diz que os atuais servidores não serão atingidos. Nada mais falso. Se a contrarreforma administrativa for aprovada, vai criar vários vínculos de contratação, enfraquecendo o acesso via concurso; possibilitará a retirada de direitos e benefícios; transferirá serviços públicos para a iniciativa privada; e ampliará os poderes do Executivo, para extinguir e transformar cargos, órgãos, autarquias e funções. A estabilidade no trabalho, que será extinta para a imensa maioria dos novos servidores, também será relativizada para os atuais, alterando instâncias de julgamento e aplicando “avaliações de desempenho”, que podem ser manipuladas em função de perseguições políticas.

A combinação de terceirização, vários tipos de vínculo, possibilidade de contratação de fura-greves, e as várias formas de privatização, inevitavelmente, enfraquecerão a força coletiva do funcionalismo, que recorrentemente se levanta em grandes greves que, vez ou outra, confluem com movimentos gerais dos assalariados no país.

Plenária de servidores aponta para continuidade da passividade

A Plenária unificada dos servidores públicos e das empresas estatais, realizada em 5 de dezembro, foi um péssimo sinal para o movimento. Prevaleceu, na análise das maiores centrais, o foco da disputa eleitoral de 2022. Quanto aos métodos de luta, imperou a orientação de que o ato do dia 10 se realize com carreatas, doação de sangue, protestos virtuais ou, no máximo, atos “simbólicos/performativos”. Ante a pressão para que os servidores retornem ao trabalho presencial, assim como a imensa maioria dos trabalhadores do setor privado, sindicalistas e dirigentes de centrais chegaram a levantar a bandeira fajuta de greve sanitária. Em vez do método da ação direta, a ênfase é nas campanhas midiáticas, limitando-se anúncios pagos aos grandes meios de comunicação, outdoors ou projeções em prédios. Enquanto isso, pre-

| Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa

feitos que ainda não aprovaram as reformas da Previdência municipais aproveitam o fim do mandato, para aumentar a alíquota para 14%.

É importante lembrar que tivemos, em 2020, importantes greves nas estatais. Em janeiro, os trabalhadores da Petrobrás se levantaram contra o fechamento da Fafen, a direção abortou a greve, e as demissões coletivas se efetivaram, com o arrendamento da produção de fertilizantes no país. A Greve dos Correios, realizada sob a pandemia, mostrou como as direções desperdiçaram o heroísmo das bases, mantendo a passividade e a espera das respostas do judiciário. Para estes trabalhadores, a Reforma Administrativa já é fato. Tiveram seu Acordo Coletivo de Trabalho completamente rasgado. Vários trabalhadores da saúde se levantaram em luta sob a pandemia. Categorias, como a dos rodoviários, protagonizaram várias lutas. Tivemos importantes levantes antirracistas. E outras lutas ocorreram, no país, contra as demissões e redução de direitos e salários. A marca geral foi o isolamento provocado pelas direções. Não houve a criação de uma frente única, que pudesse centralizar as massas contra os ataques do governo.

Recuperar o terreno perdido

Que o Dia Nacional de Luta contra a reforma administrativa seja um passo para organizar a greve geral do funcionalismo federal, estadual e municipal!

A luta capaz de colocar abaixo a contrarreforma administrativa passa pela unidade contra todas as privatizações e pela reestatização do que foi privatizado. Por sistemas únicos de saúde, educação e Previdência, com a estatização do setor privado, sem indenização, e controle operário coletivo. É preciso erguer uma forte campanha contra o pagamento da dívida pública. Estas bandeiras são parte da formação de uma frente única anti-imperialista.

É preciso erguer um forte movimento em defesa dos empregos, salários e direitos. Em defesa da estabilidade no emprego, para o setor público e privado. Efetivação e contratação direta de todos os terceirizados e precarizados: trabalho igual, salários e direitos iguais. Divisão das horas de trabalho nacionais entre todos os aptos ao trabalho. Essas bandeiras também são parte do enfrentamento às discriminações e opressões. Criação de obras públicas para atender às demandas imediatas de moradia, saúde, educação, saneamento e infraestrutura. Pela revogação Reforma Trabalhista, da Lei da Terceirização, da EC 95 e da Reforma da Previdência.

Diante do fortalecimento da ingerência do Executivo, e das ameaças de maiores restrições ao direito de greve, é preciso erguer um movimento geral, para revogar toda legislação antigreve.

Companheiros, precisamos de um poderoso Ato nacional, que mostre aos governos e ao Congresso Nacional oligárquico, que estamos dispostos a ir à greve geral. É precioso levantar a bandeira da greve geral, como a via da continuidade da luta.

Abaixo a reforma administrativa de Bolsonaro, governadores, prefeitos e Congresso Nacional! Lutemos nas ruas, para derrotar a política burguesa das contrarreformas e do entreguismo!

Doria decide: volta às aulas em 1º de fevereiro

Qual deve ser a resposta?

29 de dezembro de 2020

Tudo indica que o governador decidiu enfrentar a resistência das direções sindicais, contrárias ao retorno às aulas presenciais. Afirmou, desta vez, que, com ou sem uma segunda onda da pandemia, estudantes e professores estarão nas salas de aula, no início de fevereiro. Os funcionários, há alguns meses, voltaram a ocupar seus postos de trabalho, à exceção da parcela considerada de risco. Em janeiro, começaria a recuperação de alunos, que deixaram de apresentar as atividades, correspondentes às aulas virtuais. A direção da Apeoesp contestou a decisão e entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação, exigindo que *“os profissionais da educação sejam vacinados na primeira etapa, juntamente com profissionais da saúde e idosos”*.

A volta ou manutenção da quarentena escolar se tornou motivo de conflito entre o governo e os sindicatos, desde julho, quando Doria anunciou o retorno *“gradual e regionalizado”*, sob a vigilância do Centro de Contingência do Covid-19 de São Paulo. No dia 23 de março, as escolas foram fechadas, portanto havia passado pouco mais de três meses. A pandemia vinha se agravando, mas as autoridades sanitárias estimavam que poderia arrefecer nos meses seguintes. Esse foi o primeiro sinal de que o governo de São Paulo não poderia sustentar por mais tempo a política burguesa do isolamento social.

O plano de flexibilização de Doria previa o retorno das atividades, consideradas não-essenciais, para 1º de junho. Como se vê, a normalização do ensino fazia parte desse esquema geral. O governo se valeu da propaganda diária de que a pandemia havia atingido o pico, entrara no platô e, assim, caminharia para o decurso. Na realidade, não era a avaliação *“científica”* que ditava a flexibilização, mas sim o poder econômico e as pressões do governo federal. A máscara da cientificidade serviu para esconder o caráter da política burguesa do isolamento social.

A pedra no sapato de Doria seria, principalmente, o professorado. Impor a volta, quando a pandemia continuava matando – em junho houve um aumento de 217 para 277 mortes diárias –, significaria comprar uma briga com os sindicatos, que traria desgaste político, meses antes das eleições municipais. Termina o ano, e não há um motivo político de grande importância, como foram as eleições.

O secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, argumenta, neste momento, que o professor e o funcionário de escola *“têm papel fundamental”*, tanto quanto aqueles que trabalham nas *“farmácias e supermercados”*. Sob tal alegação, afirma que chegou a hora de reconhecer *“os prejuízos das escolas fechadas”*. Deu a entender que, na maior parte dos municípios, as aulas já estão sendo ministradas presencialmente. Diz que *“em 65%, elas voltaram, e 1,5 milhão de estudantes passou pelas escolas presencialmente”*. Perguntado sobre a possibilidade de uma greve, respondeu que *“em alguns lugares, o Judiciário já demonstrou a ilegalidade da greve neste contexto”*.

Ao que parece, tanto a direção sindical, quanto o governo, procuram judicializar o impasse. A presença da vacina altera o conflito político. A Apeoesp aguarda uma decisão judicial, sobre a vacinação dos professores, como condição para a volta. E

o governo se mostra disposto a endurecer a posição de fim da quarentena na educação.

Essa disputa, como se pode constatar, se dá entre as nuvens da virtualidade. Não há sentido recorrer à greve, quando os professores não estão nas escolas. O certo seria o sindicato dizer que está pelo boicote à decisão do retorno presencial. No caso de judicializar, a sentença será a favor ou contra o boicote, ainda que se possa mascarar-lo com a palavra greve. Está claro que a possibilidade de a Justiça dar ganho de causa ao governo é infinitamente maior.

Nas condições em que a política de isolamento social se esgotou, e a vacina está prestes a se viabilizar, mesmo que limitadamente, a disputa no plano virtual e judicial pende a favor do governo. Somente os politicamente cegos não veem que as direções sindicais burocráticas nadam no rio da hipocrisia, cujas águas, agora, escapam pelos bueiros. Não há como sustentar o isolamento da educação do restante das atividades econômicas, por mais que o perigo da contaminação continue vigente. O corporativismo dos burocratas sindicais não tem como se manter, diante do novo momento da crise pandêmica e econômica, sem que sua máscara seja arrancada.

A pandemia atingiu as massas operárias e pequeno-burguesas, como um todo. De maneira que a defesa dos trabalhadores da educação é parte da defesa geral da maioria oprimida. O Estado, que lhes concedeu uma posição particular no isolamento social, levou em consideração o envolvimento de milhões de crianças e jovens, bem como a necessidade de dar suporte político à orientação do distanciamento. Agora, Rossieli tira do bolso a ideia de que a educação também é essencial. O certo é que não tem como prolongar uma quarentena, que, em março, completará um ano. A pressão das escolas particulares aumenta, no momento em que toda a economia voltou a funcionar, embora a pandemia continue com seus altos índices de mortalidade.

A instituição *“Todos pela Educação”*, conhecida por servir aos interesses privatistas do ensino, divulgou um rol de recomendações para a volta das aulas presenciais. Recomendou um retorno gradual, combinando o presencial com o virtual. O que indica que o governo acionou os instrumentos de apoio, para convencer a população de que tudo está sendo feito para garantir a segurança dos trabalhadores da educação e estudantes.

É bom assinalar que o problema não se resume ao retorno ou não-retorno. A ampla utilização da modalidade virtual (EaD) trará consequências que ultrapassam o período da pandemia, e engloba o sistema educacional como um todo. É obrigatório, portanto, também dar uma resposta geral ao processo de desfiguração do ensino presencial. Um balanço parcial sobre a substituição do ensino presencial pelo virtual indica que foi um desastre para a educação como um todo, e, em particular, para a educação básica. Há aqueles que consideram o ensino remoto como muito limitado na formação básica, mas compatível com o nível superior.

O corporativismo sindical tem separado e estancado os problemas de cada nível, como se não fossem interdependentes.

Com a pandemia, se estampou a degeneração do sistema educacional, em todos os seus níveis. A introdução forçada do ensino a distância corresponde ao avanço da privatização do ensino superior, e à sua penetração na educação básica. Lembremos que a reforma do ensino médio, sancionada pelo governo Temer, prevê a utilização do EaD.

A pandemia acabou sendo usada pela política burguesa do isolamento, para uma ampla intervenção do Estado na vida social. Avançaram-se a reforma trabalhista – terceirização, trabalho intermitente e home-office – e o ensino virtual. É um erro e uma fraude grosseira segmentar e romper os elos de um mesmo processo, que expressa a relação entre o trabalho e a educação. A juventude não tem sido a mais atingida pela pandemia, mas duramente golpeada pelas suas consequências, com o desemprego, subemprego e ensino remoto. É aparentemente incompreensível que as direções sindicais tenham desconhecido os impactos da crise sanitária sobre o trabalho e a educação. A única bandeira que lhes serviu de guia foi e é a do *“Fique em casa”*, originada na política burguesa do isolamento social, e propagandeada à exaustão pelo governo Dória. É o que uniu as organizações sindicais e populares em todo o país. Essa unidade política jogou a favor dos interesses gerais da burguesia, de proteger seus capitais por cima das necessidades mais elementares da maioria oprimida. Resultou no fechamento das portas dos sindicatos, e na realização das reuniões e assembleias virtuais, contrapostos à organização presencial e coletiva dos explorados.

A parcela dos trabalhadores que recebeu a ordem de permanecer em casa acabou se juntando à parcela que foi obrigada a continuar no trabalho, assim que os governantes decidiram pela flexibilização da quarentena, excetuando a educação. As direções sindicais, por seu lado, continuaram blefando com a bandeira do isolamento, não faltando esquerdistas inconsequentes, que procuraram se diferenciar com a bandeira de greve sanitária. A classe operária completamente desorganizada, golpeada pelas demissões, redução de salários e perdas de direitos, permaneceu passiva.

A ruptura do cordão sanitário, que amarrou os explorados pelo pescoço, se deu com a greve dos metalúrgicos da Renault, em São José dos Pinhais, e a greve nacional dos Correios. Os sindicatos e as centrais sindicais permaneceram de portas fechadas. Perdeu-se o momento de organizar a resistência nacional contra a política burguesa do isolamento, as medidas emergenciais do governo, e os ataques patronais aos empregos e salários. No estado de São Paulo, Dória aproveitou o imobilismo para avançar com as PEIs (escola de tempo integral), fechar cursos noturnos, e impor a contribuição previdenciária aos aposentados. Os trabalhadores da educação e a juventude ficaram à margem, como se não estivessem sendo atingidos tão duramente quanto os demais explorados e oprimidos. A postura das direções, que controlam os sindicatos da educação e as organizações estudantis, foi a de manter a confortável posição, contando com a manutenção da quarentena em seu quintal. Apoiaram a substituição do ensino presencial pelo virtual, com os reparos cínicos de que o Estado deveria criar condições para os estudantes pobres. A colaboração com os governadores, no quadro da política burguesa do isolamento social, se transformou em atrito, no momento em que se colocou a volta às aulas presenciais. É evidente a mesquinhez da política dessas direções, que permaneceram o tempo todo agarradas à bandeira do *“Fique em Casa”*.

A explicação e a compreensão do quadro geral, em que está inserida a educação, permite desmascarar a falsidade das direções

colaboracionistas, que se valem da impostura da greve sanitária. O fundamento de qualquer resistência objetiva às ações da burguesia e dos governantes contra o ensino público, empregos, salários e direitos se encontra no método da ação direta, organização e democracia coletivas. Desde o momento em que as direções sindicais abraçaram a política burguesa do isolamento social, passaram a agir contra o descontentamento e a revolta latente no seio das massas, que existiam antes mesmo da pandemia eclodir. Em outras palavras, agiram contra o método da ação direta, a organização independente e a democracia das assembleias presenciais. É descarada a impostura daqueles que ameaçam a fera com a vara curta, brandindo a ameaça de greve sanitária.

A vanguarda com consciência de classe esteve o tempo todo diante da tarefa de desmascarar os colaboracionistas e pôr às claras o conteúdo de classe da política do isolamento social, conduzida pelos governantes. O que se fez, na medida do possível, defendendo a convocação de assembleias presenciais, para se decidir sobre as questões particulares, no âmbito geral das crises sanitária e econômica; e rejeitando a farsa das reuniões e assembleias virtuais. A bandeira de preparação do retorno ao trabalho, também vale para a Educação. Não há outro caminho, para responder à decisão de Dória, a não ser mostrando aos professores, estudantes e pais que devem se organizar coletivamente. A convocação de assembleias presenciais é o primeiro passo nesse sentido. Somente assim, se romperá o império do indivíduo, recolhido em suas casas, e aprisionado no jogo de espelho da virtualidade. É patente que os riscos de contaminação continuam altos, mas não apenas para aqueles que trabalham na educação. Qualquer egoísmo, diante de problemas coletivos tão graves, se volta contra a maioria atingida.

A vacina comparece como o último trunfo da burguesia e seus governos. Assistimos, porém, o desenrolar de uma guerra comercial, que vem das potências e dos interesses particulares dos laboratórios monopolizados. No Brasil, seus reflexos aparecem na forma de retardamento da imunização, e na ausência de um plano real de vacinação universal. Os conflitos interburgueses em torno às vacinas não passam de um desdobramento dos conflitos que se deram em torno à política burguesa do isolamento social. Se não se evidencia o conteúdo de classe dessas dissensões, e se não se combate esse conteúdo burguês com a política proletária, o programa, os métodos próprios de luta e a organização independente, não é possível defender a vida das massas, que dependem da saúde pública, dos empregos e salários.

Está diante de nossos olhos que a vacinação em massa será a última das prioridades. A direção da Apeoesp coloca, como condição ao retorno presencial, que os trabalhadores da educação sejam colocados na lista dos primeiros a serem imunizados. O corporativismo salta aos olhos. É preciso rechaçar o plano de prioridades. A luta é pelo início imediato da vacinação universal. E que se comece nos bairros operários, favelas e cortiços. Os pobres e miseráveis devem ser os primeiros a receber a vacinação, uma vez que são os mais atingidos pela pandemia. Os sindicatos e movimentos têm de romper a passividade, e organizar o movimento das massas em defesa da vacinação universal, pública, gratuita, começando por aqueles considerados *“vulneráveis”*. Está colocada a luta contra as patentes, o domínio dos monopólios, os privilégios das potências, e a guerra comercial. A mesma bandeira que o POR desfraldou de preparação da volta ao trabalho em junho, desfralda agora, diante da decisão do governo de impor a volta às aulas. Somente as assembleias presenciais podem decidir como responder a essa imposição.

Acordo de demissão assinado pela burocracia sindical

300 trabalhadores da Eletrobrás recebem de carta de demissão

Os burocratas sindicais deixaram a vergonha para trás. Justificaram que as 300 demissões fazem parte do acordo firmado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), direção da Eletrobrás e dirigentes sindicais, em 2019. E que fizeram de tudo para evitar as demissões, o que fez com que a empresa cedesse, e aceitasse pagar os mesmos direitos aos que aderiram ao Plano de Demissão Consensual (PDC), que prevê, além de verbas rescisórias maiores, o uso do plano de saúde por alguns meses. É ou não é coisa de burocratas traidores e bandidos?

A privatização da Eletrobrás faz parte do plano mais geral de privatização do ministro da Economia, Paulo Guedes. Assim, a empresa anunciou 1.200 demissões, que iniciaram com o PDC. O problema foi parar na Justiça (TST), que adiou as demissões para setembro de 2020. Com o avanço

da pandemia, os burocratas conseguiram postergar. Agora, a Eletrobrás pôs em ação as 300 demissões. O que fizeram os burocratas (Coletivo Nacional dos Eletricitários)? Dizem que estão correndo contra o tempo, para evitar as injustiças para os demitidos que não aceitaram o PDC. Dizem que estão atentos para que na lista dos demitidos não haja dirigentes sindicais, cipeiros e trabalhadores doentes.

O fato é que as demissões atingem cinco das oito empresas que compõem o Sistema Eletrobrás: Eletronorte, Chesf, Eletronuclear, Cepel e os trabalhadores da própria Holding, no Rio. As outras três empresas, Furnas, CGTEletrosul e Amazonas G&T conseguiram a meta de demissão pelo PDC.

Certamente, as demissões não vão parar. Guedes ativou o plano de entrega da

Eletrobrás. A luta contra as demissões faz parte do combate ao plano de privatização, que envolve outras estatais, como a Petrobrás. No entanto, os burocratas sindicais desorganizam os operários, impõem a passividade e a política de conciliação de classes, como se deu no acordo com a Eletrobrás. Os acordos de traição à classe operária não são de hoje, basta ver os mais recentes, como foram os da MP 936. Trata-se de uma burocracia vendida aos interesses dos capitalistas, já não guardam nenhuma relação com os interesses de classe da maioria explorada. A tarefa de recuperar a independência de classe e de enfrentar o patronato e seus governantes cabe à vanguarda classista. Que, nesse momento, deve exigir a convocação de assembleias presenciais, para organizar a luta nacional contra as demissões.

A MP 936 não impediu as demissões em massa

No início da pandemia, Bolsonaro atendeu o pedido dos capitalistas. Criou o Plano Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM), que entrou em vigor em abril de 2020, por meio da MP 936. Assim, houve a redução da jornada com redução dos salários, e suspensão de contratos. Dizia que essa era uma saída para conter as demissões. Depois de oito meses, a MP bolsonarista chegou ao fim. E o resultado está aí. As demissões cresceram como nunca. Os capitalistas usaram como puderam a MP e, em seguida, impuseram as demissões. As direções sindicais, que colaboraram com a implantação da MP, fazendo os acordos de redução salarial por meios virtuais, agora lamentam pelo seu fim. Como dissemos, trata-se de direções sindicais que estão a serviço dos interesses da burguesia.

É tarefa do proletariado consciente tirar as lições dessa negativa experiência imposta pelo governo e patronato, com a colaboração das burocracias sindicais. Exigir a convocação de assembleias para organizar a luta contra as demissões. Não há plano ou programa do governo em favor do emprego e dos salários dos explorados. A defesa das reivindicações dos trabalhadores cabe unicamente aos trabalhadores, com seus métodos próprios de luta. É fundamental, nesse momento, exigir todos os empregos que foram arrancados durante a pandemia.

Deca

Romper a passividade para enfrentar os abusos do patrão

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Miguel Torres, esteve na porta da Deca, em meados de dezembro, para comunicar aos operários que o sindicato patronal (Siamfesp) não fechou a convenção coletiva de trabalho, como já faz há três anos.

O patrão se recusar a fechar um acordo, não é novidade. O estranho é a conduta de uma direção sindical, que não organiza os operários da Deca para enfrentar o patronato. É o que se passa com os burocratas que estão no comando do sindicato. O patrão aproveita a passividade da direção sindical para continuar eliminando conquistas, como o adicional noturno, o adicional de hora-extra, e direitos de trabalhadores, como doença profissional.

Diante dos operários, Miguel Torres, que também é presidente da Força Sindical, teve a desfaçatez de propor que irá denunciar ao Ministério Público de Trabalho, e que tem a intenção de mostrar aos consumidores nas lojas que vendem produtos Deca a situação dos operários dessa fábrica. Está aí o retrato fiel do burocrata, que se recusa a enfrentar o patrão, e tenta iludir os operários com essa farsa.

O problema está em que os operários estão desorganizados e receosos com as demissões. Mas, o descontentamento é grande. No entanto, têm pela frente dois obstáculos: o patrão e os burocratas do sindicato. E não há outra saída, a não ser a organização coletiva. Essa é a principal tarefa dos operários mais conscientes.

Contrato intermitente, mais uma forma de escravidão assalariada

O contrato intermitente faz parte da reforma trabalhista, aprovada em 2017. Essa modalidade de contrato foi propagandeada como uma forma de gerar mais empregos, particularmente para a juventude. Depois de dois anos, o Dieese revelou a média salarial de R\$ 637, 64% do salário mínimo, que já é de fome. E que, dos contratados, 22% dos trabalhadores não tiveram nenhuma renda, porque não foram chamados para nada. Diz que, mesmo no final do ano, período de mais vendas no comércio e serviços, metade dos trabalhadores com o contrato intermitente não obteve nenhuma renda.

Na modalidade intermitente, o trabalhador fica à disposição do empregador, esperando, sem nenhuma remuneração, ser chamado. E quando executa um serviço, a renda é proporcional às horas trabalhadas. Apesar dessa monstruosidade instituída em forma de lei, vem crescendo o número de pessoas que se vêm obrigadas a esse tido de escravidão. Em 2109, foram 147 mil; em 2020 (de janeiro a outubro), são 210 mil contratos intermitentes.

Enquanto crescem as várias formas de subemprego – informal, temporário, terceirizado, intermitente, etc. –, mais curvadas se encontram as direções sindicais. Todas discursam contra essas formas de contratos, mas não há nenhuma vontade política de organizar os explorados para enfrentar as duras consequências da reforma trabalhista. Com as demissões massivas e o desemprego crescendo, milhões de trabalhadores recorrem a todo tipo de contrato, inclusive a essa escrescência do intermitente, que pode não gerar nenhuma renda.

Está mais do que na hora de dar um basta a essas direções sindicais e sua política de conciliação de classes.

Nem bem reeleito, Covas penaliza ainda mais os idosos

Covas aproveitou a pandemia para derrubar uma medida que dava o passe-livre para pessoas de 60 a 65 anos. No primeiro dia de seu novo mandato, instituiu uma transição (de um mês), para que esses idosos substituam o bilhete que lhes garantiam a gratuidade pelo bilhete comum. A gratuidade no transporte coletivo foi uma conquista dos movimentos, que exigiam o passe-livre para estudantes, idosos e desempregados. Covas cassou esse direito, atingindo uma parcela de pessoas pobres, que não conseguiu se aposentar, e que convive com diferentes tipos de doenças. Bolsonaro, por sua vez, volta e meia, ameaça retirar os remédios gratuitos. O que significaria mais um duro ataque à população idosa e pobre.

As direções sindicais e estudantis convocaram um protesto contra a medida de Covas. No entanto, não há um esforço para que seja um ato massivo e, verdadeiramente, de luta. Os trabalhadores, a juventude e os idosos devem exigir de suas direções uma real campanha em defesa da gratuidade do passe aos idosos, estudantes e desempregados. Lembremos que, no início da pandemia, uma das primeiras medidas de Covas e Doria foi cortar o passe dos estudantes. Uma campanha que inicia com a convocação de assembleias presenciais, constituição dos comitês de luta nos bairros, e manifestações de rua, para pôr abaixo essa medida de Covas. Uma campanha que esteja sob a bandeira da estatização do transporte público, sem indenização, e pelo controle operário.

Somente um comitê de luta pode servir aos explorados

No dia 14 de dezembro, realizou-se uma segunda reunião aberta no sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, para criar um “comitê em defesa dos direitos humanos”. Estiveram presentes: POR, PCB, PSOL e PCR/UP. Não participou da reunião nenhum membro da direção dos metalúrgicos. Não participamos da primeira reunião, pois, não nos era de conhecimento. Nossa participação, nessa segunda reunião, se deu em torno à defesa de que esse comitê deveria se constituir como um comitê de luta, objetivando impulsionar as lutas da região.

Durante a reunião, foram feitas diversas denúncias importantes sobre a repressão do Estado burguês na região, em especial denúncias ligadas ao prefeito reeleito Orlando Morando (PSDB). Mas, fomos os únicos a defender que era preciso combater a violência burguesa (com seus despejos, assassinatos etc.) com uma política de independência de classe, com o método da ação direta. Propusemos que o comitê se ligasse à luta contra o despejo da Vila União, que estava marcada para o dia

seguinte, mas, na prática, nenhuma ação nesse sentido saiu do comitê.

Foi denunciado o assassinato, pela Guarda Civil Municipal (GCM), do jovem Flávio Amorim. Denúncia inclusive que consta no início da carta aberta redigida pelo comitê. Alguns dias depois da reunião, foi divulgado que familiares estavam organizando um ato contra esse assassinato, porém, o POR foi a única organização política que participou da passeata.

As propostas apresentadas nesse comitê, via de regra, estiveram ligadas a denúncias e “exigências” ligadas ao parlamento burguês. Pretendia-se criar um dossiê para levar à comissão de direitos humanos. Ou seja, o comitê não estava sendo levantado para potencializar as lutas, que vêm ocorrendo na região, e o método da ação direta, mas sim para fortalecer esses grupos em sua “luta” parlamentar/eleitoral.

A carta aberta elaborada por uma comissão tirada nessa reunião do comitê, a qual não assinamos, expressa bem esse conteúdo. Em um trecho, diz: “Nos últimos anos a GCM tem se transformado em

uma força de segurança que não é utilizada de maneira preventiva e para realizar a segurança do patrimônio público da cidade (...). Isso tem criado, sistematicamente, situações de abuso de poder, violação de direitos e violência contra a população pelo Estado, ou seja, por quem deveria defender as famílias da cidade e garantir seu acesso aos direitos que a lei determina”. Por um lado, defende a GCM, que é parte do aparato policial do Estado, colocando o problema em seu “desvio de função” e, por outro lado, faz o mesmo ao defender o Estado “que deveria defender as famílias”. Ao ocultar o caráter de classe burguês do Estado e seu aparato repressivo, fazem a política de conciliação de classes, que implica a submissão da maioria explorada à minoria exploradora. A consequência dessa política é explicitada nas reivindicações que constam no final da carta, a exemplo da reivindicação que diz “fim da realização de despejos e reintegrações de posse durante a pandemia”, ou seja, não faz a defesa categórica, sem atenuantes, contra os despejos e reintegrações de posse.

A classe operária e demais oprimidos de São Bernardo e da região do ABC sofrem profundamente com a crise de direção revolucionária. As direções reformistas do PT à frente do sindicato metalúrgico e da CUT não movem uma palha para mobilizar a classe operária frente aos ataques, que vêm ocorrendo (fechamento de fábricas, redução de salários, retirada de direitos, demissões em massa, avanço da terceirização etc.). Ao contrário, colaboram com o patronato para fazerem aprovar suas medidas. As demais correntes de esquerda, reformistas, centristas e estalinistas, ignoram esse fato, e não cobram dos sindicatos e centrais que mobilizem a classe,

nem sequer fazem o vínculo da luta dos explorados contra os despejos e a violência policial com a luta em defesa dos empregos, salários e direitos. Isso porque não defendem os métodos próprios de luta da classe operária, e não têm uma verdadeira política de independência de classe.

O que a classe operária e demais oprimidos necessitam é de uma direção classista e revolucionária, que defenda os explorados com independência de classe, que faça a denúncia do Estado burguês e seus ataques, que defenda os métodos próprios de luta, e não alimente ilusões na via parlamentar burguesa, que potencie suas lutas. Um comitê só servirá à causa prole-

tária se for um comitê de luta, que se ligue aos movimentos que estão acontecendo e os potencie. Que ligue as lutas em defesa da moradia, contra a repressão policial à luta geral em defesa dos empregos e salários. A morte de Flávio Amorim, motorista de Uber assassinado pela polícia pelo medo de perder seu meio de subsistência (seu carro), mostra com nitidez o vínculo que existe nessas lutas. É preciso construir uma direção revolucionária, que traga os movimentos espontâneos para a luta geral, e que combata a burocracia sindical, recuperando os sindicatos e centrais como instrumentos da classe operária e demais explorados.

Manifestação contra assassinato de motorista pela Guarda Municipal

O motorista, Flávio Santos de Amorim, foi perseguido e assassinado por guardas civis metropolitanos na região da Vila São Pedro, em São Bernardo do Campo. Ao retornar para sua casa, o rapaz tentou desviar da abordagem da Guarda Civil Metropolitana (GCM), por medo de perder seu veículo, que estava com documentação atrasada. Foi perseguido pelos guardas e pela polícia militar, que atiraram contra o veículo – que acabou batendo em um beco. Flávio não resistiu aos ferimentos, e faleceu no local da batida.

Este é mais um caso da repressão contra a população pobre e explorada, cometida pela GCM do município de São Bernardo. Trata-se de um crime de classe da burguesia contra o proletariado. Desde o começo da pandemia, os explorados vêm denunciando a violência policial, como o caso do subinspetor da GCM, Adenilson Vaz da Costa, acusado de fazer apologia à supremacia branca, e ser agressivo em estabelecimentos no bairro Rudge. No caso de Flávio Santos, amigos e familiares tomaram a iniciativa de realizar uma passeata para denunciar seu assassinato. O ato ocorreu em 20/12, e percorreu a Vila São Pedro, Nova Petrópolis, e terminou na base da GCM no Paço Municipal de São Bernardo. Com pedidos de justiça, os manifestantes demonstraram descontentamento e a raiva para com a prefeitura, e, em especial, com a GCM. Esse instinto de revolta resultou em palavras de ordem, denunciando o quanto a ‘GCM mata’.

O assassinato de Flávio Santos explicita, não apenas a opressão do aparato policial, mas evidencia a precarização do trabalho e a exploração burguesa sobre as massas oprimidas. A falta de emprego formal leva milhares de trabalhadores ao subemprego –a exemplo dos motoristas de aplicativos. No caso de Flávio, o medo de perder seu único instrumento de trabalho (seu veículo), custou-lhe a vida, tirada por um aparato policial, que defende a propriedade privada, a burguesia e sua ditadura sobre as massas exploradas.

Os movimentos instintivos são importantes, mas, sozinhos, não têm como apontar o conteúdo de classe da opressão, e não são capazes de compreender que a solução definitiva dos problemas está na luta pela destruição do capitalismo, através da revolução e ditadura proletárias. É papel dos sindicatos, das centrais sindicais e demais movimentos organizar a classe operária para lutar por suas necessidades mais imediatas – emprego, salário e saúde – bem como denunciar a opressão advinda dos aparatos repressivos da burguesia. Porém, suas direções, principalmente ligadas ao PT, cumprem um papel oposto a esse. Cabe à vanguarda revolucionária com consciência de classe construir o partido revolucionário no seio do proletariado, e varrer os burocratas das direções das entidades de luta. Cabe ao partido, com seu programa e teoria revolucionários, transformar a disposição de luta e revolta presentes nas massas em luta consciente socialista, e combater a passividade dos reformistas, que com sua política de conciliação de classes alimentam as ilusões na democracia e justiça burguesas.

Rondônia

Morre o torturador, homem da ditadura militar, sem ser punido pelos seus crimes

João Lucena Leal, ex-delegado da polícia federal, morreu em Rondônia. Era conhecida a forma como banalizava e pronunciava as mortes e torturas, praticadas por ele durante a ditadura militar.

Chegou a Rondônia com a finalidade de colaborar com o primeiro governador do estado, Jorge Teixeira. Atuou, nos últimos anos, como advogado de criminosos hediondos e, com estes serviços, adquiriu fortuna e prestígio no meio burguês da região Norte. Em rede nacional, falou de crimes iguais ao que aconteceu no Acre, do assassinato de Chico Mendes, o latifundiário Darli Alves. Protegido pela impunidade, narrou acerca de seus serviços advocatícios, prestados a criminosos, dizendo que os transformava em vítimas, e as vítimas em réus. Ao ser entrevistado, em 2011, se mostrou lisonjeado pelas torturas e mortes cometidas, e disse ter contribuído também com a prisão da ex-presidente Dilma Rousseff.

Lamentavelmente, os governos, tidos como democráticos, inclusive os governos do PT, foram incapazes de punir os criminosos da ditadura militar. Lucena, coronel Ustra, para citar somente dois assassinos, morreram impunes. O que mostra que nenhum regime burguês poderá punir os responsáveis pelos crimes da ditadura militar. Também evidencia que somente os tribunais populares, surgidos da luta, poderão julgar e punir os crimes da burguesia, sejam eles da ditadura militar, sejam eles da democracia burguesa.

Traição! Mais uma vez a Resistência/PSOL suspende greve dos Rodoviários!

Nos dias 22 e 23/12, os rodoviários de Recife realizaram uma greve, parando a cidade nas vésperas das festas de fim de ano, em defesa do emprego e do salário. Após enfrentar um ano de milhares de demissões e redução salarial, a categoria mostrou mais uma vez sua disposição de luta. Essa greve ocorreu em uma conjuntura de profundos ataques da burguesia; é necessário fazer um balanço desse movimento para que a classe operária se fortaleça organizativa e politicamente, independente da burguesia.

Os rodoviários enfrentam a contradição de sua aguerrida disposição de luta com uma direção pequeno-burguesa, que arrastou o ano inteiro a categoria a confiar na justiça e no parlamento. A greve foi iniciada no dia 22/12, e suspensa no dia 23/12, sob o argumento de não prejudicar as compras de fim de ano da população, mostrando o quanto a direção do sindicato está adaptada aos interesses e à política burguesa. A suspensão da greve mais uma vez se deu por fora da assembleia, como decisão da direção (Resistência/PSOL). A categoria, que votou em uma direção que defendia os métodos de luta, mais uma vez teve sua decisão silenciada e boicotada.

A primeira suspensão da greve ocorreu no dia 23/11, após negociação, que rebaixou a pauta de reivindicações aprovada em assembleia. O PSOL suspendeu a greve diante do oferecimento de migalhas à categoria, a exemplo do reajuste do salário, onde diminuiu, de aproximadamente 20%, para 2,69%; o ticket alimentação, de R\$ 500,00, para R\$ 287,54 (com aumento de apenas R\$ 7,54!); 1 ano de estabilidade, passou para 6 meses; no lugar da implementação da Lei contra a dupla função, foi aceita a promessa do governo, por meio da publicação de uma portaria. Sob essas migalhas, a Resistência saiu comemorando a vitória, mesmo com a continuidade das demissões.

O chamado à greve pelo PSOL, no dia 16/12, se deu após a Justiça e o governo esperarem as eleições passarem, para julgar como inconstitucional a Lei contra a dupla função, além do não cumprimento do acordo. Porém, a pauta do início da campanha salarial e que norteou a primeira aprovação de greve foi modificada, atendendo ao rebaixamento dos patrões. A Resistência/PSOL conduziu a assembleia a lutar pelas migalhas oferecidas pela patronal, apesar de um rodoviário questionar a estabilidade de apenas 6 meses.

A burguesia usou todo seu aparato colocar a população contra a greve. Com a imprensa, o governo, a força policial e a Justiça burguesa, que julgou a greve como ilegal. A burguesia cumpriu seu papel de defender sua classe; o Sindicato, que não cumpriu o seu; e entregou de bandeja a greve de uma categoria, que agora está com medo de ser perseguida pelos patrões. A suspensão da greve, para voltar depois do Natal, sem nenhum ganho e com disposição de luta da categoria, mostra que, mais uma vez, a direção quis blefar com a greve, aguardando qualquer aceno de promessa. Certamente, vão dizer que saíram da greve por ter sido julgada ilegal pela Justiça burguesa, mas a suspenderam dia 23/12 para voltar no dia 28/12, justamente o dia do julgamento da greve pelo TRT.

O desfecho dessa greve mostrou uma direção que abandonou os métodos de ação direta, para se esconder por trás dos métodos jurídico-parlamentares. Antes de assumir e no início da gestão, essa direção defendeu as reivindicações da categoria, como o fim da dupla função, com atos e paralisações. Mas, a partir do momento em que passou a ser pressionada pela justiça burguesa, com ameaça de multas e repressão policial, passou a defender as respostas via ações judiciais e pressão parlamentar. Defendeu que a

dupla função e a readmissão seriam resolvidas juridicamente, com a aprovação da lei e andamento dos processos contra as empresas de ônibus. Assim, o que vimos foi as empresas ganharem espaço e tempo para continuar demitindo e reduzindo salário, e a maioria dos demitidos aguardando desde março pela readmissão.

O Boletim Nossa Classe/POR atuou junto aos rodoviários nas portas de garagens, atos, assembleias e paralisações alertando dos riscos da política burguesa jurídico-parlamentar levar o movimento à derrota. Defendemos o fortalecimento da greve com: um balanço da suspensão pela direção; formação de uma comissão de base, eleita em assembleia, que garantisse o cumprimento das decisões da maioria, contra as decisões burocráticas que ferem a democracia operária das assembleias; eleição em assembleia do comando de greve para fortalecer o movimento nas garagens, garantir os piquetes e enfrentar a perseguição individual dos patrões. Continuaremos com o trabalho na porta das garagens, mostrando a necessidade de a categoria construir uma oposição classista e revolucionária, que defenda os interesses da nossa classe com os métodos próprios de luta, lutando pela reintegração de todos os demitidos, os empregos e o salário!

Balanço da Greve dos rodoviários pelo PSTU – Qual foi o papel da CSP-Conlutas?

O balanço da greve dos rodoviários publicado pelo PSTU aponta seis lições: papel da imprensa burguesa; responsabilidade do governador Paulo Câmara/PSB sobre o transporte; papel da justiça burguesa; repressão policial à greve; avaliação da direção do PSOL/Resistência; problemas do transporte público na pandemia.

O que chama atenção é que o PSTU em nenhum momento fala do papel da CSP-Conlutas, como Central do Sindicato dos Rodoviários. Não puderam falar nada da Central, porque, enquanto os rodoviários se chocavam com a patronal, a CSP-Conlutas/PSTU estava sob a política burguesa do isolamento social, convocando plenárias virtuais, no lugar de convocar plenárias presenciais para enfrentar as medidas de ataque dos governos durante a pandemia. Nada é falado sobre o papel das centrais na construção da unidade dos explorados em defesa dos empregos e salários, e que esse era o caminho para o fortalecimento da greve.

A CSP-Conlutas não diz por que não fez o trabalho de base nas garagens, convocando a categoria a enfrentar os patrões com os métodos de luta, e sem ilusão na democracia burguesa, como apontam em seu balanço. Limitou-se a criticar *a posteriori* a direção do PSOL/Resistência, onde colocou panos quentes na suspensão da greve, dizendo que não havia correlação de forças para a continuidade da greve. Critica a falta de um comando de mobilização, mas não foram à assembleia defender a construção da greve. Avalia como burocrática a decisão de suspensão da greve pela diretoria, mas apenas na segunda greve, a primeira suspensão avalia que houve decisão coletiva, sem explicar como, visto que também não houve assembleia.

Avaliam acertadamente os problemas enfrentados pelos rodoviários como parte da opressão capitalista, e defendem que não se confie nos governos nem na justiça burguesa, e que os trabalhadores “*só podem confiar em sua luta, força e organização independentes dos governos e patrões*”. Mas, o balanço é feito como se fosse não fizessem parte da central sindical da categoria, e sim uma corrente completamente alheia, sem responsabilidade na organização e defesa dos rodoviários.

Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe de janeiro retoma a campanha pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Exige que os sindicatos organizem uma verdadeira luta nacional, convocando as assembleias presenciais e constituindo os comitês de luta nos bairros operários. Eis:

Que a centrais e os sindicatos iniciem imediatamente um movimento em defesa dos empregos e salários

A Mercedes de Iracemápolis anunciou o fechamento da fábrica. Serão demitidos 370 metalúrgicos. A Eletrobras enviou 300 cartas de demissão. Está previsto em seu plano o corte de 1.200 empregos. É necessário lembrar que a Volks impôs um acordo de PDV a 5.000 metalúrgicos. E, não faz muito tempo, a Ford fechou a planta de São Bernardo, destruindo mais de 3.000 postos de trabalho.

Outros casos de demissões recentes ocorreram na Renault (Paraná), Ford de Camaçari (Bahia) e Embraer em São José dos Campos. O patronato aproveitou

a pandemia para demitir na indústria, comércio e serviços, à vontade. Assim, cresceu assustadoramente o desemprego em todo o País.

A crise econômica será mantida e agravada no ano que entra. A classe operária e demais trabalhadores não podem continuar assistindo às demissões, como o gado que vai para o matadouro. É preciso reagir imediatamente, com greves, manifestações e ocupações de fábrica. Nenhum emprego a menos! Nenhum fechamento de fábrica! Readmitir os demitidos durante a pandemia! Fim dos acordos malditos dos PDVs!

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais (CUT, Força Sindical, etc.) e os sindicatos organizem um movimento nacional pelos empregos e salários. Que convoquem as assembleias presenciais! Que formem os comitês de empregados e desempregados! Que os trabalhadores empunhem, nos locais de trabalho, nos bairros e nas ruas, as bandeiras: fim das demissões, readmissão dos demitidos, redução da jornada sem redução dos salários, e empregos a todos, implantando a escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos os aptos ao trabalho).

Não ao fechamento da Mercedes! Não às demissões! Não aos PDVs!

O movimento sindical não pode deixar que a Mercedes feche a fábrica de Iracemápolis. A multinacional alemã explora a força de trabalho dos brasileiros, lucra muito, e resolve demitir, diante de crise econômica. As poderosas montadoras aproveitam de todas as vantagens da economia nacional do

Brasil, sem ter a responsabilidade de garantir os empregos. O mesmo fez a Ford em São Bernardo, às vistas da direção do sindicato. Agora, a Mercedes segue o mesmo caminho, contando com a passividade do movimento sindical. Vai usar o PDV, para comprar a direção sindical.

O Boletim Nossa Classe vem às fábricas chamando os operários a defenderem o não fechamento da planta da Mercedes em Iracemápolis. Vamos exigir que os nossos sindicatos se solidarizem com os metalúrgicos da Mercedes, e façam uma campanha pela defesa dos empregos e salários.

A defesa dos empregos é a bandeira número 1 da classe operária

Sem emprego, o trabalhador não tem um salário. Sem um salário, cai na miséria e fome. O emprego é a única fonte de existência da imensa maioria, que vende sua força de trabalho ao capitalista, em troca de um salário. Milhões de desempregados recorrem ao subemprego e à informalidade. Está aí por que milhões sobrevivem com menos de 1

salário mínimo.

A juventude trabalhadora, ou está desempregada, ou submetida aos empregos precarizados, recebendo um salário de fome, e muitos sem carteira assinada. Os governos vêm com a história do jovem aprendiz, para que se sujeitem à brutal exploração dos patrões.

As direções sindicais e os partidos que

se dizem dos trabalhadores, que fecham os olhos para o desemprego e colaboram com as demissões, são traidores da classe operária.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pela redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego, e fim da precarização do trabalho que martiriza a juventude.

Pelo fim da terceirização Efetivação imediata dos terceirizados

A terceirização é uma forma de os capitalistas reduzirem os salários e destruírem direitos. Assim, vem crescendo a precarização das relações trabalhistas. Grandes fábricas já contam com uma dezena de empresas terceirizadas. O objetivo é reduzir ao máximo os contratos efeti-

vos. As direções sindicais se sujeitaram à terceirização. O que resulta em enfraquecimento dos sindicatos e da luta operária pelos empregos, salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe chama os operários efetivos e terceirizados a se unirem contra a terceirização, e pela ime-

diata efetivação de todos. Defende que os sindicatos convoquem assembleias de efetivos e terceirizados para constituir comitês conjuntos pelo fim da terceirização, efetivação de todos e cumprimento do princípio operário de trabalho igual, salário igual.

Bolsonaro decreta salário mínimo de fome

Segundo os cálculos recentes do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), uma família de 4 pessoas necessita de R\$ 5.289,53, para cobrir todas as necessidades básicas (alimentação, moradia, vestuário, etc.). O novo salário mínimo é de R\$ 1.100,00. Bolsonaro fez apenas o reajuste inflacionário, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Desde quando foi calculado pela primeira vez, em 1940, o salário mínimo vem perdendo o

seu valor. Milhões de trabalhadores da ativa e de aposentados vivem à míngua com o salário mínimo, que hoje deveria ser de quase 5 vezes mais.

Os trabalhadores que recebem acima do salário mínimo devem se perguntar: o que tem a ver com os nossos salários? Tem muito a ver: ocorre que o salário mínimo funciona como um piso para as demais faixas salariais. Mas, o mais importante é que todos trabalhadores conscientes defendem a vida de milhões que mal têm o

que comer. O capitalismo é uma sociedade de classe, que aumenta constantemente a riqueza dos exploradores, de um lado, e a pobreza dos explorados, de outro.

O Boletim Nossa Classe defende o salário mínimo vital. Vital quer dizer que corresponde à necessidade real de uma família de 4 pessoas. Cabem aos sindicatos calcular o seu valor, e demonstrarem nas assembleias os cálculos. A sua correção deve ser feita por meio da escala móvel de reajuste, assim como todos os salários.

A “guerra” das vacinas recai sobre a maioria da população

A pandemia atingiu a marca dos 200 mil mortos. A política burguesa do isolamento social fracassou. A maioria dos que perderam a vida é de pobres, completamente indefesos. A solução apresentada é a vacinação. Ocorre que, por cima das necessidades dos explorados, os laboratórios e governos travam a guerra comercial. A vacina é um grande negócio, controlado por um punhado de multinacionais.

Os países ricos (Estados Unidos, Inglaterra, etc.) compraram a preço de ouro grande parte da produção. Assim, ajudam os laboratórios e indústria farmacêutica a imporem aos países, com pouco ou nenhum recurso, preços exorbitantes. No Brasil, chegou-se ao absurdo de faltar seringas, pois, foram exportadas. Os hospitais privados já estão achando um jeito de fazer sua própria vacinação. As prioridades apresentadas pelo governo deixam

de lado justamente os mais vulneráveis, que são os pobres e miseráveis.

O Boletim Nossa Classe defende a vacina universal, igual a toda a população, e que comece nos bairros, favelas e cortiços, onde estão os mais necessitados. Os laboratórios, indústrias e a rede hospitalar privados devem ser estatizados, sem indenização e colocados inteiramente a serviço do combate à pandemia e da defesa da vida da população.

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte

O Boletim Nossa Classe denuncia a superexploração do patronato e a passividade das direções sindicais. Patrões fazem operários trabalharem mais, sem receber!

Nos últimos meses, com o retorno das atividades econômicas, se tem tornado ainda mais frequente que os patrões obriguem os operários a trabalhar uma ou duas horas a mais por dia. Para isso, usam a desculpa do banco de horas, prometendo que essas horas serão compensadas mais na frente, com folgas, o que muitas vezes não acontece.

Desde o surgimento da CLT, em 1943, existe a compensação de horas. Porém, no início, essa compensação deveria ser feita obrigatoriamente dentro da própria semana onde foi realizada a hora extra, caso contrário, teria que ser paga no contracheque daquele mês. Em 1998, com a Lei 9.601, o prazo para compensação foi aumentado para 4 meses. Em 2001, com a MP 2.164-41, esse prazo passou a ser de 12 meses.

Quanto maior o prazo para a compensação, mais facilmente os capitalistas conseguem fraudar o banco de horas, e não pagar as horas extras trabalhadas. Até então, o banco de horas só podia ser realizado desde que estivesse expresso no acordo coletivo do patrão com o sindicato. Mas, em 2017, a Reforma Trabalhista tornou possível também o patrão impor o banco de horas diretamente ao operário, por meio de acordo individual. Dessa forma, sem a participação do sindicato na negociação, os operários ficaram ainda mais vulneráveis às arbitrariedades dos capitalistas.

O banco de horas serve, no fim das contas, para que os patrões façam com que os operários trabalhem mais, sem receberem nada. Os operários não podem mais aceitar isso!

Pelo fim do banco de horas! Hora trabalhada é hora paga!



Vicunha Têxtil:**Empresa faz operários trabalharem em feriado, sem compensar as folgas**

O boletim Nossa Classe recebeu denúncia de que o patrão fez com que os operários trabalhassem em feriado no mês de novembro, prometendo compensar com duas folgas. Mas, nas semanas seguintes, a empresa desconheceu as duas folgas e disse que os operários teriam agora de trabalhar no feriado do dia 06 de janeiro de 2021, para folgar no dia 31 de dezembro. A gestão da empresa passou uma lista, para que os operários assinassem concordando em trabalhar no feriado. E os operários assinaram, com receio de contrariar a empresa. A

direção do sindicato, tardiamente, compareceu à fábrica, para dizer para os operários não assinarem a lista, quando todos já tinham assinado.

Conclusão: os operários trabalharam um feriado em novembro de graça e sem direito às duas folgas, e ainda foram levados a trabalhar no feriado do dia 06/01, para folgar no dia 31/12. E a direção do sindicato nada fez para impedir que isso ocorresse.

As arbitrariedades dos patrões devem ser combatidas com a força coletiva dos operários.

Bonor Botões:

O boletim Nossa Classe recebeu denúncia de que, em meados de agosto, a fábrica BONOR (Parnamirim) fechou o refeitório e cortou o almoço, e os operários agora estão tendo de almoçar em casa ou na rua. (...) São 5 anos sem aumento salarial. (...) Para piorar, a empresa não paga vale-transporte. (...) Além disso, se tem tornado cada vez mais frequente o trabalho nos sábados e feriados, além da realização de horas extras, que entram no banco de horas. O patrão usa o artifício do banco de horas para não ter de pagar em dinheiro a hora-extra trabalhada. (...) Muitos operários foram demitidos na pandemia, e os que permanecem estão sobrecarregados,

realizando as funções dos que saíram. A fábrica Bonor é um exemplo de como os capitalistas buscam manter sua taxa de lucro em cima da superexploração dos operários. O Boletim Nossa classe defende que a fábrica BONOR: restabeleça imediatamente o refeitório e o almoço para os operários; pague imediatamente o vale-transporte, que é um direito; fim do banco de horas; hora trabalhada é hora paga; pagamento em dobro dos feriados já trabalhados; aumento salarial; por um salário que seja suficiente para satisfazer as necessidades de uma família operária; reincorporação imediata de todos os operários demitidos na pandemia.

Campanha pela libertação de Igo e Felipe

No último final de semana, Igo Ngo e Felipinho foram presos acusados de roubo. Igo Ngo é rapper, do grupo Resistência do Gueto, percussionista, produtor musical e cineasta na empresa 2as Marias Produções. Um jovem negro paulistano que tem dedicado sua vida e sua arte para combater o racismo, defender os povos indígenas e as famílias

que não possuem moradias adequadas, através do Movimento Luta Popular. É atualmente um dos principais dirigentes do Movimento Hip Hop Quilombo Brasil. Felipinho é também um ativista. Participou enquanto movimento Luta Popular do último Congresso Nacional da CSP Conlutas.

Como se vê, foram presos, porque a

vítima supostamente os reconheceu. É fundamental a organização da luta contra mais essas prisões arbitrárias sobre lideranças negras de movimentos populares. Vários sindicatos e entidades populares assinaram a moção de repúdio às prisões. O POR integra essa campanha pela liberdade imediata de Igo e Felipe.

Moção de repúdio à demissão política do policial civil e sindicalista Áureo Cisneiros (PSOL)

O militante do PSOL Áureo Cisneiros teve a sua demissão publicada no Diário Oficial de Pernambuco, de 05 de janeiro de 2021. Áureo é ex-presidente e atual diretor de Comunicação e Imprensa, do Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (SINPOL). Desde 2017, Áureo sofre a perseguição política do governo Paulo Câmara (PSB/PCdoB), por meio da abertura de inúmeros processos administrativos. Na direção do Sinpol, Áureo tem denunciado condições de trabalho insalubres no IML, os baixos salários, e os cortes do governo de Pernambuco sobre o funcionalismo público do estado.

O ataque do PSB a Áureo é parte da ofensiva antissindical que marca o governo Paulo Câmara, com a recorrente repressão jurídi-

ca e policial contra aqueles que lutam, sejam trabalhadores da saúde, educação, rodoviários, camponeses, ambulantes ou sem-teto.

O Partido Operário Revolucionário manifesta sua solidariedade a Áureo Cisneiros. Defende o direito de sindicalização e manifestação dos policiais e de todos trabalhadores. Diante do caráter de classe do Judiciário, que se alinha ao governador em vários ataques antissindicalistas, será necessário um forte movimento das centrais sindicais, sindicatos, movimentos e partidos pela imediata reintegração de Áureo Cisneiros. A mobilização da categoria dos policiais civis é fundamental para reverter esta demissão. Abaixo os ataques antissindicalistas do governo Paulo Câmara (PSB/PCdoB)!

Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo

O Boletim denunciou as manobras do governo Bolsonaro para arrancar recursos do Fundeb, que já são limitados. Levantou as bandeiras: “Emendas privatistas foram circunstancialmente retiradas. É preciso continuar lutando pelo financiamento integral da Educação pelo Estado. Que as direções sindicais convoquem imediatamente as assembleias presenciais e retomem a luta nas ruas. Em defesa da expropriação, sem indenização, de toda a rede particular de ensino. Por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, vinculado à produção social, e sob o controle dos que estudam e trabalham!” Conclui a nota: “O POR tem assinalado também que o aumento das verbas, tomado como medida isolada, não resolverá os profundos problemas da educação brasileira. Isso, porque a superação do atraso educacional é parte das tarefas democráticas pendentes, típicas do capitalismo semicolonial brasileiro. É preciso retomar as assembleias presenciais e a luta

nas ruas para exigir o financiamento integral da educação pública pelo Estado, ligando essa reivindicação à defesa dos salários, dos empregos e demais consignas de defesa da educação pública. Daí a necessidade de o proletariado encabeçar um amplo combate da maioria oprimida contra a burguesia e seus governos, com o método da ação direta, e no campo da independência de classe. O POR tem demonstrado que a crise da educação tem sua raiz no sistema capitalista de produção, que levou às últimas consequências a separação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer. Está aí por que vem lutando sob a bandeira da educação única, voltada à produção social. É o que permite uma verdadeira resposta à decomposição da educação, que se materializa na luta contra o capitalismo e na defesa do socialismo”.

O Boletim também mostrou uma das consequências do ensino a distância, que foi a evasão escolar. Diz que, após 10 meses de ensino a distância, estima-se que,

no estado, meio milhão de estudantes não entregou nenhuma atividade proposta. A resposta do governo foi criar um “projeto de recuperação” (presencial), em janeiro, para retomar o contato com esses alunos que abandonaram os estudos. Para os professores, a evasão escolar levou ao fechamento de salas e turnos. O que acarreta mais desemprego e subemprego. Doria aproveitou a pandemia para criar mais escolas de tempo integral, uma medida para extinguir os cursos noturnos. O Boletim denuncia a conduta passiva das direções sindicais, que se recusaram a convocar assembleias presenciais, diante dos ataques dos governos aos empregos, salários, educação e saúde. E conclui dizendo que os trabalhadores da educação devem confiar em suas próprias forças. Para isso, é preciso a organização e a aprovação de um plano de luta contra as medidas governamentais, que só poderão ocorrer por meio das decisões coletivas, das assembleias presenciais.

Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola

O Boletim foi divulgado no início de janeiro. Trouxe as seguintes bandeiras: Doria impõe o retorno das aulas presenciais. O governo decretou o salário mínimo de fome

Boa parte dos funcionários de escola recebe o aviltante salário mínimo de Doria. A direção da Afuse permanece calada. E inicia com a pergunta: Qual deve ser nossa conduta? Diz:

“Há meses, uma parte dos funcionários de escolas retornou ao trabalho. Os considerados de risco ainda permanecem em isolamento. Doria só aceitou um funcionário terceirizado por escola, a maioria perdeu o emprego, e espera ansiosamente o retorno dos estudantes e professores para que seus contratos sejam restabelecidos. O secretário da Educação criou o “Projeto de Recuperação”, em janeiro, para os alunos que não entregaram as atividades propostas pelo ensino remoto (ensino a distância). Uma parcela de professores contratados (categoria O, que tinha contrato ativo) se inscreveu para a tal recuperação, como a única forma de conseguir um salário. Alguns professores efetivos, que também eram contratados como O, se viram obrigados a recorrer a essas aulas de janeiro, como forma de completar os salários. Em meio à disputa vergonhosa entre os laboratórios e governantes sobre a vacina, Doria anunciou a abertura total das escolas. Se não bastasse tamanha desgraça, Bolsonaro e Doria se prepararam para aprovar definitivamente a reforma administrativa, um mecanismo para extinção de cargos, fim dos concursos, congelamento de salários e eliminação de antigas conquistas, a exemplo dos quinquênios. Lembremos que Doria usou a pandemia, para implantar a contribuição previdenciária aos aposentados, o que causou perdas terríveis para o funcionário de escola”.

Critica a direção do sindicato: “Não foi a pandemia que fez com que a direção da Afuse se tornasse passiva. Essa direção apenas aproveitou a pandemia para ir às últimas consequências com sua política de colaboração de classes. Quando Doria decretou o isolamento social e fechou as escolas, abraçou essa medida sem discutir com os funcionários, sem convocar reuniões e assembleias. Ao contrário, fechou o sindicato e passou a dirigi-lo por meios virtuais”.

E conclui com as propostas: “1) que a direção da Afuse convoque imediatamente uma assembleia estadual presencial, universal. Ou seja, que a vacina seja gratuita, atendendo preferencialmente os pobres e miseráveis, porque são as maiores vítimas da pandemia; 2) que a assembleia discuta todas as perdas salariais durante a pandemia, que calcule o valor real das nossas necessidades básicas e acrescente a reivindicação de aumento real do salário, amplamente divulgada nas escolas, e que seja precedida de reuniões de representantes de escolas e do Conselho (também presenciais); 3) que seja feita uma campanha contra a reforma administrativa, apontando todos os ataques que sofrerão os servidores, e evidenciando o real objetivo dessa reforma, que é o de manter o pagamento da gigantesca dívida pública; 4) que a assembleia presencial aprove a linha da unidade com os demais funcionários públicos, para rejeitar nas ruas mais essa contrarreforma; 5) que a direção do sindicato se posicione pela imunização universal. Ou seja, que a vacina seja gratuita, atendendo preferencialmente os pobres e miseráveis, porque são as maiores vítimas da pandemia; 6) que a assembleia discuta as perdas salariais durante a pandemia, que calcule o valor real das nossas necessidades básicas, e aprove o aumento real do salário”.

Rondônia

Responder aos ataques do prefeito

Combater a política conciliadora das burocracias sindicais

O prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves, antes de tomar posse de seu novo mandato, encaminhou, para a Câmara de Vereadores, o projeto da reforma da Previdência do município. Já houve uma primeira votação, em que aumentou a alíquota dos servidores, de 11% para 14%. A justificativa era de que não poderia encerrar o ano sem essa aprovação, caso contrário, o município não teria repasse de recursos federais. Os demais itens, que modificam a Lei Complementar 404/2010, são para adequar à Reforma da Previdência. Ou seja, aumentam a idade mínima e o tempo de contribuição, modificam os cálculos de pensão por morte, mudança no cálculo do benefício, extinguem a aposentadoria especial dos professores e a integralidade e paridade. Também fazem parte dos projetos, o aumento da alíquota da assistência médica dos servidores, e o congelamento salarial em 2021.

No dia 30/12, a Câmara preparou uma sessão para aprovar os itens de ataque aos trabalhadores. Os três sindicatos, Sintepro, Sindeprof e Sinprof, convocaram os servidores para assisti-

rem o circo montado pelo prefeito e os vereadores. Os burocratas sindicais procuram fazer um acordo com o presidente da Câmara, para adiar a votação, até que fossem esclarecidos os tais projetos, por meio de audiências públicas. Na realidade, as audiências públicas fazem parte da demagogia parlamentar, em nome de pretensa participação dos trabalhadores nas decisões governamentais. A burocracia sindical cai como mosca nesse melado. E quer que os trabalhadores façam parte dessa manobra, que, como temos vistos, resulta em favor das medidas governamentais.

Está aí mais um exemplo de colaboração de classes dos burocratas sindicais. O caminho é outro. O sindicato deve estar a serviço da organização da luta para defender os direitos, que estão sendo arrancados. Sem uma oposição classista, inserida nos locais de trabalho, a burocracia continuará ditando essa nefasta política. Construir uma oposição, verdadeiramente de combate, e não aquela que surge em vésperas de eleições, é o principal objetivo da Corrente Proletária, POR.

Rio Grande do Norte - Mossoró

Posse do prefeito e vereadores eleitos: conservadorismo, demagogia e conciliação de classes

A cerimônia da posse ocorreu no Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, tanto de vereadores, quanto do prefeito. Os protocolos de segurança contra a contaminação do Covid-19 foram completamente ignorados. Houve aglomerações em frente ao Teatro dos apoiadores do prefeito e curiosos. O prefeito eleito ainda patrocinou uma passeata até o Palácio da Resistência, nome da sede da prefeitura da Cidade.

O conservadorismo foi predominante, como é de costume nessa instituição, inclusive o de cunho religioso. Raério liderou uma reza do Pai Nosso, e o prefeito eleito depositou em deus a honra e a glória de sua vitória. O que pode parecer uma característica política em virtude da situação nacional atual, na verdade, é ato recorrente nos políticos locais.

PT não será oposição ao governo do solidariedade

O que marcou a posse dos vereadores foi a postura de Marleide Cunha (PT) na eleição da mesa diretora da Câmara Municipal. A chapa costurada nos bastidores, nas últimas semanas antes da sessão pelo prefeito eleito, garantiu a apresentação de uma chapa única. O PT, não só compôs chapa com o Solidariedade, como também com diversos

partidos reacionários da burguesia, inclusive o PSD, que apoiou o golpe contra Dilma (PT).

O importante dessa situação é a demonstração de que o PT não fará uma oposição ao prefeito eleito. Não só terá uma postura de aliado do prefeito, como compôs a mesa que o apoia. O PT dá mais uma demonstração de sua política de conciliação de classes. Nada de extraordinário ao Partido, que aventou a possibilidade de Alysson Bezerra (Solidariedade), prefeito eleito, ser o seu vice na candidatura à prefeitura, e que viu seus votos, na campanha, migrarem para ele, uma vez que os eleitores não viram diferença entre as duas candidaturas, do PT com Isolda Dantas, e Alysson Bezerra, do Solidariedade.

Não houve renovação da Câmara Municipal. Os partidos da burguesia e pró-burgueses mantêm seu domínio político. Expressarão os interesses gerais da burguesia e, em particular, da oligarquia Rosado. Nada mudará, e os explorados terão de ir à luta contra a falta de transporte público, o desemprego, o desamparo das zonas rurais, o déficit habitacional, a falta de creches, a falência da saúde municipal, e o sucateamento da educação básica pública, além de outros problemas.



Nos jornais Massas 624 e 625, o POR prestou homenagem a Friedrich Engels.
Este número é dedicado a Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

102 ANOS DOS ASSASSINATOS DE KARL LIEBKNECHT E ROSA LUXEMBURGO

Karl Liebknecht se destacou, ao lado de Rosa Luxemburgo, por constituir uma fração revolucionária no interior da socialdemocracia alemã. Em 1912, foi eleito deputado. Em 2 de dezembro de 1914, votou no Parlamento (Reichstag) contra os créditos de guerra, que dariam poderes ao governo e à burguesia alemã de desencadear a 1ª Guerra Mundial. Foi o único voto contrário, o que expôs a firmeza programática, ideológica e política do internacionalismo proletário. Esteve à frente da organização do grupo “Internacional”, que depois se transformou no grupo Espartaquista e, assim, na Liga Espartaquista. Foi preso em 1916, cuja pena incluiu o trabalho forçado. Sua condenação se deveu à luta contra o socialchauvinismo e o militarismo imperialista. Nos levantes de novembro de 1918, juntamente a Rosa Luxemburgo, assumiu a posição de dirigente no interior da vanguarda revolucionária do movimento operário. Dedicou-se a editar o jornal “A Bandeira Vermelha” (Rote Fahne), cujas páginas estamparam o combate ao imperialismo e defesa da revolução. Em janeiro de 1919, novamente se colocou à frente do levante dos operários em Berlim. Já havia contribuído para a constituição do Partido Comunista da Alemanha. O movimento foi esmagado e os grupos reacionários, vinculados a Noske, o assassinaram, em 15 de janeiro.

Rosa Luxemburgo foi uma companheira inseparável de Lie-

bknecht. Não por acaso, os dois revolucionários foram assassinados no mesmo dia. O furor desfechado pelos seus algozes refletiu no profundo ódio da burguesia e do governo socialdemocrata de Friedrich Ebert. A seu mando, um soldado esmaga sua cabeça a pontapés. Não satisfeitos, os bandidos de Ebert atiram em sua nuca. Ensacam o corpo da revolucionária, amarram pedras e o jogam no Rio Spree. Seu corpo somente será encontrado após 15 dias. Assim concluiu a vingança burguesa contra a marxista que, ainda jovem, iniciou a militância no final dos anos de 1880. Seu nome está vinculado, não só aos primórdios da socialdemocracia alemã, mas também do movimento socialdemocrata polonês. Empreendeu, desde 1897, a luta contra o revisionismo de Eduard Bernstein. O que lhe permitiu responder ao revisionismo na II Internacional no período da guerra. Fundou a Liga Espartaquista e o Partido Comunista Alemão.

A dedicação de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo à causa do proletariado, firmeza ao internacionalismo, e entrega de suas vidas à vitória da revolução socialista, os colocaram entre os maiores exemplos de revolucionários, cujas vidas e obras sempre estarão presentes na história do movimento operário, e na formação das novas gerações de combatentes pelo fim do capitalismo e pela defesa do comunismo.

CAMPANHA DO POR EM HOMENAGEM A KARL LIEBKNECHT E ROSA LUXEMBURGO

Breve comunicado à imprensa

Discurso na manifestação de protesto contra o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

19 de janeiro de 1919

A burguesia e os socialtraidores estão hoje comemorando em Berlim: conseguiram assassinar Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Ebert e Scheidemann, que durante quatro anos levaram os operários à matança em razão do saque, assumiram agora o papel

de verdugos dos dirigentes proletários. O exemplo da revolução alemã demonstra que a “democracia” não é senão um disfarce dos roubos da burguesia, e da mais selvagem violência.

Morte aos verdugos!



Carta aos Operários Norte-Americanos

Em 20 de agosto de 1918, Lênin escreveu “Carta aos Operários Norte-Americanos”, que foi traduzida para o inglês e divulgada no movimento operário. O objetivo era o de chamar a atenção dos explorados dos Estados Unidos para o fato dessa potência emergente fazer parte da ofensiva do imperialismo anglo-francês contra a República dos Sovietes. A defesa da revolução proletária era um dever da classe operária mundial, e, em particular, da dos Estados Unidos, sujeita à terrível exploração capitalista e à opressão sobre os negros. O governo norte-americano mentia descaradamente, que os bolcheviques haviam feito um “acordo” com o imperialismo alemão. Lênin explicará a tática de um acordo imposto por uma das frações do imperialismo, para preservar a revolução e preparar as condições para o enfrentamento posterior ao imperialismo agressor. Diz Lênin: “*Fingem não compreender a diferença que existe entre um acordo*

dos ‘socialistas’ com a burguesia (a própria ou a estrangeira) contra os operários, contra os trabalhadores, e um acordo para a defesa dos operários, que derrotaram a sua burguesia, um acordo contra a burguesia de uma cor nacional contra a burguesia de outra cor nacional, a fim de que o proletariado aproveite as contradições entre os diferentes grupos da burguesia”. No primeiro caso, se tratava do acordo dos socialistas traidores da II Internacional com sua própria burguesia; no segundo, o acordo forçado de Brest-Litovsk do Estado operário com o imperialismo alemão, para que não avançasse sua intervenção sobre o país.

Na carta, Lênin mostra aos operários norte-americanos que a burguesia havia acabado com o regime de escravidão dos negros, derrubado do poder os escravistas e passado pela guerra civil, mas, em seu lugar, havia constituído a escravidão assalariada capitalista, que cabia aos explorados destruir, por meio da revolução socialista.

Essa luta seria parte da luta internacional do proletariado. Lênin reconhece que a ajuda dos operários norte-americanos poderia tardar, devido a que “*a revolução em diversos países se produz de formas distintas, com ritmos distintos (...)*”. Mesmo na Europa, não ocorreria imediatamente, mas os bolcheviques contavam “com a inevitabilidade da revolução mundial”, tendo consciência de que se tratava de um processo histórico. A luta contra os traidores da revolução era parte desse processo. A carta conclui indicando o caminho – “Os operários rompem com seus socialtraidores: Gomper, os Henderson, os Renaudel, os Scheidemann e os Renner. Os operários marcham lenta, mas firmemente, para a tática comunista, bolchevique, para a revolução proletária, a única capaz de salvar da destruição a cultura e a humanidade”.

(As citações foram extraídas do Tomo XXIX, Obras Completas, Lênin, Akal Editor)

Carta aos Operários da Europa e da América do Norte

Em 21 de janeiro de 1919, Lênin escreveu uma nova “Carta aos Operários da Europa e da América do Norte”. Agora, refere-se, não apenas ao desenvolvimento da revolução mundial, mas também à brutal reação da burguesia em toda a parte contra o movimento operário e seus fiéis dirigentes. Os assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, na Alemanha, a mando do governo socialdemocrata de Ebert e Scheidemann, davam a dimensão do quanto os traidores do socialismo cumpriam o papel de barrar o avanço na revolução e manter o capitalismo em decomposição. Em várias partes da Europa, se erguia “*um poderoso movimento soviético*”. Lênin destacou a importância do proletariado alemão. “*A revolução na Alemanha – um dos países capitalistas mais adiantados e, por isso, particularmente importante e característico – assumiu em seguida formas soviéticas*”. Nessa luta, estiveram à frente os espartaquistas, cujos dirigentes mais importantes eram Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

O esmagamento da revolução permitiu a Lênin mostrar, à classe operária europeia e norte-americana, a mais avançada mundialmente, o significado da democracia soviética, para a luta contra a escravidão capitalista. Eis: “*O parlamento burguês, mesmo o mais democrático na república mais democrática, na qual se preserva a propriedade e poder dos capitalistas, é uma máquina para a repressão de milhões de trabalhadores por um pequeno grupo de exploradores. Os socialistas, os combatentes pela libertação dos trabalhadores da exploração, tiveram de utilizar os parlamentos burgueses como uma tribuna, como uma base para o trabalho de propaganda, agitação e organização, enquanto nossa luta se circunscrevia ao marco do regime burguês. Agora, quando a história universal põs abertamente a questão de destruir esse regime como um todo, de derrocar e reprimir os exploradores, de passar do ca-*

pitalismo ao socialismo, circunscrever-se ao parlamentarismo burguês, à democracia burguesa, apresentá-la como ‘democracia’ em geral, ocultar seu caráter burguês, esquecer que o sufrágio universal é um instrumento do Estado burguês, enquanto existir a propriedade capitalista, seria trair ignominiosamente o proletariado, desertar para as fileiras de seu inimigo de classe, a burguesia, e ser um traidor e um renegado”.

Lênin demonstrou que a mais avançada democracia, em um dos mais avançados países da Europa, a Alemanha, dirigida pelos socialdemocratas, se utilizou dos recursos mais totalitários e sanguinários contra o proletariado e seus dirigentes. Os bárbaros assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo expressaram a mais completa decomposição do regime democrático burguês. Lênin descreveu o quadro de degeneração a que chegaram os representantes da II Internacional, que haviam capitulado durante a guerra imperialista. “*As linhas anteriores foram escritas antes do brutal e covarde assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo pelo governo de Ebert e Scheidemann. Esses verdugos, curvados servilmente diante da burguesia, permitiram que as guardas brancas alemãs, os cães de guarda da sagrada propriedade capitalista, linchassem Rosa Luxemburgo, assassinassem Karl Liebknecht, baleando-o pelas costas, com o suposto pretexto de que tentou ‘fugir’ (o czarismo russo recorreu muitas vezes a esse pretexto para assassinar prisioneiros, durante a sanguinária repressão da revolução de 1905). Ao mesmo tempo, esses verdugos protegem as guardas brancas com autoridade de um governo, que se proclama inteiramente inocente e postado acima das classes. Não há palavras para expressar a ignomínia e vileza deste crime, perpetrado por presumidos socialistas. Pelo visto, a história elegeu um caminho em que o papel de ‘agentes operários da classe capitalista’ deve ser representado até o ‘último grau’ de ferocidade, ignomínia e vileza (...)*”.

Lênin homenageia Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo por terem sido consequentes com o internacionalismo proletário. “O sangue dos melhores representantes da Internacional proletária mundial, dos inesquecíveis dirigentes da revolução socialista internacional, temperará as novas massas operárias, para a luta de vida ou morte. E essa luta conduzirá à vitória”.

Discurso de Lênin na abertura do I Congresso da Internacional Comunista

2-6 de março de 1919

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Rússia, declaro aberto o primeiro Congresso Comunista Internacional. Antes de tudo, quero pedir aos presentes que prestem homenagem à memória dos melhores representantes da III Internacional, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. (Todos se colocam em pé).

Camaradas, esta reunião tem grande importância histórica mundial. É uma prova de que as ilusões que abrigavam os democratas burgueses fracassaram, uma vez que a guerra civil é um fato, não somente na Rússia, mas também nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa.

A burguesia sente verdadeiro terror diante do desenvolvimento do movimento revolucionário do proletariado. Isso é compreensível, se levarmos em conta que o desenvolvimento dos acontecimentos, depois da guerra imperialista, favorece inevitavelmente o movimento revolucionário do proletariado, que a revolução mundial se iniciou e se intensifica em todos os países.

O povo tem consciência da magnitude e da importância que adquire a luta nes-

tes momentos. Somente é indispensável encontrar a forma prática, que permitirá ao proletariado implantar seu poder. Essa forma é o sistema soviético, com a ditadura do proletariado. Ditadura do proletariado! Há pouco tempo, essas palavras soaram latim para as massas. Graças à divulgação do sistema de soviets em todo o mundo, este latim foi traduzido para todas as línguas contemporâneas; as massas operárias encontraram a forma prática da ditadura. As amplas massas operárias compreendem, agora, graças ao poder soviético instalado na Rússia, graças à Liga Espartaquista na Alemanha e organizações semelhantes de outros países, como, por exemplo, os Comitês de delegados de fábricas, na Inglaterra. Esses fatos demonstram que a ditadura do proletariado encontrou a sua forma revolucionária, que o proletariado já está em condições de exercer o seu poder.

Camaradas, acredito que, depois dos acontecimentos que ocorreram na Rússia, depois da luta de janeiro na Alemanha, é particularmente importante assinalar que a nova forma do movimento do proletaria-

do está se afirmando, e que se impõe também em outros países. Hoje, por exemplo, li em um jornal antissocialista uma informação de que o governo inglês recebeu uma delegação do Soviete de deputados operários de Birmingham e se mostrou disposto a reconhecer os soviets como organizações econômicas (Na realidade, Comitê de delegados de fábricas, NT). O sistema soviético triunfou, não somente na Rússia atrasada, mas também no país mais desenvolvido da Europa, na Alemanha, assim como no país capitalista mais antigo, Inglaterra.

A burguesia pode ainda agir com crueldade, pode ainda assassinar milhares de operários. A vitória será nossa; a vitória da revolução comunista mundial está assegurada.

Camaradas! Saúdo cordialmente este Congresso em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Rússia, e proponho que passemos à eleição da presidência. Peço a vocês que apresentem os nomes.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo presentes na fundação da III Internacional

Nas Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado, em 4 de março de 1919, no I Congresso da Internacional Comunista, no ponto 11, Lênin tomou os exemplos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo para reafirmar, sobre a base da experiência, que a violência contrarrevolucionária é própria da ditadura de classe da burguesia. O mesmo se passou com os bolcheviques, e continuava se passando depois da revolução de 1917. Sob o rótulo da “democracia em geral” e o da “democracia pura”, se oculta a ditadura de classe da burguesia, de onde emana toda a violência contrarrevolucionária.

Em seu discurso de fundação da III Internacional Comunista, de 6 de março de 1919, Lênin iniciou mostrando que, apesar de toda a repressão e bloqueio dos governos imperialistas, o Congresso conseguiu reunir um significativo número de representantes de vários países. Usou figurativamente a imagem de “uma espécie de grande muralha da China”, para chamar a atenção da per-

severança dos revolucionários em não se curvar diante das medidas reacionárias da burguesia e seus lacaios. Referiu-se à firmeza dos espartaquistas alemães. Citou a atitude correta dos operários italianos, que rechaçaram as calúnias contra os soviets e os espartaquistas. Com a Revolução Russa e a fundação da III Internacional, os espartaquistas puderam compartilhar o programa comum, antes inexistente. E concluiu: “A burguesia continuará empregando a violência em numerosos países, porque apenas começou a preparar a destruição dos melhores lutadores, os melhores representantes do socialismo, tal como demonstra o feroz assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (...). Esses sacrifícios são inevitáveis. Não procuramos um acordo com a burguesia, vamos até a última e decisiva batalha contra ela. Mas sabemos que, depois dos sofrimentos, das penúrias e das desgraças que a guerra traz emparelhada, quando as massas do mundo estão lutando pela desmobilização, quando sentem que foram enganadas e compreendem o peso incrível da carga que impõem os capitalistas, que assassinaram de-

zenas de milhões de homens para decidir quem receberia mais benefícios, sabemos que é a hora final para esses bandoleiros”.

“Êxitos e dificuldades do poder soviético”

Esse folheto, da primeira metade de março, derivou do “Discurso pronunciado na manifestação de Petersburgo, de 13 de março de 1919”. Lênin o pronunciou com a seguinte introdução: “Precisamente agora que conseguimos restabelecer a Internacional revolucionária, a Internacional Comunista, quando a forma soviética do movimento se tornou, tanto teórica como praticamente, em programa de toda a III Internacional; agora que se conseguiu tudo isso, é importante lembrar o curso do desenvolvimento geral dos soviets. (...)”. O raciocínio de Lênin caminhou no sentido de mostrar os soviets como uma conquista, não só do proletariado russo, mas internacional. A consolidação da democracia proletária era a melhor forma de ir superando a necessidade da violência revolucionária contra a burguesia, que procurava recuperar o seu poder. Lênin explicou: “Os soviets unem todos os trabalhadores e explorados, e o exército se organiza para a defesa socialista e sobre a base da consciência de classe”. Ao contrário, as democracias burguesas, para manter o capitalismo decadente, estavam obrigadas a ir às últimas consequências no fortalecimento da violência contrarrevolucionária. O imperialismo tudo faria para impedir a vitória do socialismo.

Lênin completou: “Sabemos que tudo isso oferece enormes dificuldades, que não podemos alcançar a vitória exclusivamente com a violên-

cia. Nós, evidentemente, não somos contrários ao emprego da violência; rimos daqueles que se opõem à ditadura do proletariado, rimos e dizemos que são pessoas estúpidas, incapazes de compreender que tem de haver a ditadura do proletariado ou ditadura da burguesia. Aqueles que se expressarem de outro modo, ou são idiotas, ou padecem de uma ignorância política tal, que seria vergonhoso, não já deixá-los subir à tribuna, como permitirem sequer aproximar de uma reunião. Trata-se da violência contra Liebknecht e Luxemburgo, do assassinato dos melhores dirigentes da classe operária, ou da violenta repressão dos explorados, e aqueles que sonham com atitude intermediária são o mais daninho e perigoso de nossos inimigos”. Notamos como Lênin se valeu do sacrifício dos dois revolucionários da Liga Espartaquista, para indicar a necessidade de combater os revisionistas, que procuravam convencer a vanguarda revolucionária de uma posição “intermediária”.

Lênin retornou à convicção de que a violência contrarrevolucionária da burguesia não acabaria com o movimento revolucionário do proletariado. “Os imperialistas podem continuar fazendo correr sangue de milhares e milhares de operários, podem assassinar Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e centenas dos melhores representantes da Internacional, podem encher os cárceres de socialistas na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, de nada lhes valerá! A vitória será nossa!”.

(As citações foram extraídas do Tomo XXX, Obras Completas, Lênin, Akal Editor)

Sessão plenária do Conselho Central dos Sindicatos de toda a Rússia

Em 11 de abril de 1919, devido às ameaças da contrarrevolução interna e do intervencionismo externo imperialista, o Conselho Central dos Sindicatos se reuniu para discutir a preparação da mobilização para enfrentar as ameaças da frente oriental; a política de salários; o abastecimento de víveres e o sindicato de trabalhadores. Lênin dedicou-se a explicar sobre a participação dos sindicatos na organização da defesa da revolução. O prolongamento da guerra civil debilitava os esforços voltados a restabelecer as bases econômicas do país, sob as novas condições criadas pela revolução proletária. Anteriormente, a luta havia se concentrado na Ucrânia, ao sul do país. Ali se derrotou a tentativa da Entente (aliança franco-inglesa, vencedora da guerra mundial) de impulsionar as forças internas da reação. Agora, era preciso derrotar os inimigos que se entrincheiraram na frente oriental. Os camponeses siberianos estavam sendo forçados a se levantar em armas contra o Exército Vermelho. A derrota dos inimigos no sul e a melhora das condições internacionais em favor da resistência na Rússia soviética haviam dado um fôlego, mas a vitória completa ainda estava por vir. Os sindicatos teriam, portanto, uma importante função de organização das forças combatentes.

Lênin apresentou sete tarefas: 1) manter por todos os meios a mobilização ordenada de 11 de abril de 1919; 2) promover o armamento geral dos membros dos sindicatos na região do Volga; 3) reforçar a agitação entre os já mobilizados e entre os membros do Exército Vermelho; 4) substituir os homens empregados por mulheres;

ques, que, por não saberem ou não quererem compreender o que está acontecendo na Rússia, ainda não se convencerem de que, se estes ‘perversos’ bolcheviques levassem a cabo na Rússia semelhante revolução, na Alemanha as dores do parto da revolução seriam incomparavelmente maiores. O que é que ali chamam de república democrática? O que é a liberdade

“O que é que ali chamam de república democrática? O que é a liberdade alemã? É a liberdade para assassinar os autênticos dirigentes do proletariado Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, e dezenas mais. A camarilha de Scheidemann somente posterga com isso a hora de sua derrota. É evidente que esta gente não pode governar”.

5) constituir imediatamente, por meio dos sindicatos, comitês de fábrica, organizações do partido, cooperativas, etc. oficinas de ajuda ou comitês de ação locais e centrais; 6) organizar ampla incorporação dos camponeses, principalmente da juventude, no Exército Vermelho; 7) prender os mencheviques e socialistas revolucionários que apoiassem as forças contrarrevolucionárias de Kolchak.

Àqueles que se dispusessem a prestar ajuda à revolução, cabia atribuir-lhes tarefas práticas. A orientação de Lênin se resumiu: “quem não está conosco, está contra nós”. “Mas há alguns, entre os menchevi-

alemã? É a liberdade para assassinar os autênticos dirigentes do proletariado Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, e dezenas mais. A camarilha de Scheidemann somente posterga com isso a hora de sua derrota. É evidente que esta gente não pode governar. Desde 9 de novembro, houve na república alemã cinco meses de liberdade, e estiveram no poder, ou bem a camarilha de Scheidemann, ou bem seus cúmplices. Mas, vocês sabem que as disputas entre eles são cada dia maiores. Este exemplo revela que a única alternativa é: ou a ditadura da burguesia, ou a ditadura do proletariado; que não existe a possibilidade de um caminho intermediário (...)”.

I Congresso de Ensino para Adultos

Entre os dias 6 e 19 de maio de 1919, com a presença de 800 delegados, realizou-se o Congresso voltado à erradicação do analfabetismo e à tarefa particular do ensino para adultos. Anatoli Vassilievitch Lunatcharski e Nadejda Konstantinovna Krupskaja foram os principais oradores. Lênin fez um pronunciamento na abertura e no encerramento do Congresso. Referiu-se ao assassinato de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, em seu pronunciamento final. Adiantou que não entraria na essência do tema, que cabia aos expositores destacados. Limitou-se a alguns aspectos de transformação, que já vinham se processando, no sentido de libertar as massas do analfabetismo, da ignorância e da barbárie, impostos pelo capitalismo.

No encerramento, Lênin se empenhou em mostrar que se trata de fazer uma apreciação geral da situação em que se encontra a revolução. Respondeu à campanha ideológica do imperialismo e dos adversários internos de que “...os bolcheviques prometeram pão, paz e liberdade; mas não dão pão, nem paz, nem liberdade; que enganam e estão enganando ao renegar a democracia”. Lênin chamou a atenção para a carnificina provocada na guerra mundial pelo imperialismo, em nome da democracia. Naquele exato momento, a contrarrevolução interna, apoiada pelas potências vencedoras da guerra, avançavam sobre Petrogrado. A campanha ideológica contra a ditadura do proletariado se dava nessas condições. Lê-

nin respondeu: “Demonstrei que a ditadura do proletariado é o meio inevitável, necessário e absolutamente indispensável, para sair do sistema capitalista. Ditadura não significa somente violência, ainda que seja impossível sem a violência, mas também uma forma de organização do trabalho, superior à forma precedente.”

Seguindo essa fundamentação, Lênin cita a brutal violência de classe desfechada pelos democratas alemães. “Pobres operários alemães! Lutam contra Scheidemann e Noske, lutam contra os verdugos, se empenham em derrotar o poder dos verdugos Scheidemann e Noske, que continuam se denominando socialdemocratas, e pensam que continua a guerra civil!” Liebknecht foi assassinado, Rosa Luxemburgo foi assassinada. Todos os burgueses russos dizem – isso foi publicado em um jornal de Ekaterinodar –: ‘O mesmo há que se fazer com os nossos bolcheviques!’ Assim disseram. E quem compreende o que se passa sabe perfeitamente que essa é a opinião de toda a burguesia mundial. Temos de nos defender. Scheidemann e Noske travam a guerra civil contra o proletariado. A guerra é guerra. Os operários alemães pensam que se fala em guerra civil, e que todos os demais problemas são de menor importância. Antes de tudo, é preciso alimentar os operários. Kautsky considera isso como comunismo de soldado ou de consumo, e que é necessário desenvolver a produção. (...) Em um país arruinado, a tarefa principal é salvar os trabalhadores. A principal força produtiva da sociedade humana em seu conjunto são os operários, os trabalhadores. Se eles sobrevivem, os salvaremos e restauraremos tudo”.

As tarefas da III Internacional

Lênin respondeu, em 14 de julho de 1919, aos ataques à fundação da Internacional, do dirigente do Partido Trabalhista Independente, da Inglaterra, Ramsay MacDonald, publicado em 14 de abril, no jornal francês L’Humanité. Dizia o oportunista que não era necessária uma divisão. A traição da II Internacional às posições do Manifesto da Basileia, de 1912, que previa a guerra imperialista e estabelecia a diretriz do proletariado, rompeu completamente com o internacionalismo proletário. A consequência foi negar que a guerra levava à revolução proletária. Lênin concluiu: “A III Internacional, a Internacional Comunista, foi criada para impedir que os ‘socialistas’ se limitassem ao reconhecimento verbal da revolução (...)”. Estabeleceu as seguintes tarefas: “1) realizar a propaganda e agitação do ponto de vista revolucionário, em oposição ao reformista, explicando sistematicamente às massas, tanto teórica como praticamente, em cada passo da atividade parlamentar, sindical, cooperativa, etc., que são diametralmente opostos; 2) combinar o trabalho legal com o trabalho ilegal; 3) travar uma guerra constante e implacável para expulsar do movimento operário os dirigentes oportunistas, que foram desmascarados, tanto antes como, sobretudo, durante a guerra, tanto no âmbito da política como, em especial, nos sindicatos e cooperativas; 4) não tolerar a condenação verbal do imperialismo ao mesmo tempo em que não se trava uma verdadeira luta revolucionária pela libertação da colônias (e nações dependentes) da própria burgue-

sia imperialista; 5) a grande hipocrisia dos partidos da Internacional ‘de Berna’, ao mesmo tempo em que se apresentam diante dos trabalhadores com frases sonoras sobre o reconhecimento da revolução, mas que, nos fatos, não vão além de uma atitude puramente reformista perante os germes, indícios e manifestações do crescimento da revolução em todas as

ações das massas, que violam as leis burguesas e transbordam os marcos da legalidade, como por exemplo, as greves de massa, as manifestações de rua, os protestos de soldados, protestos de tropas, distribuição de panfletos nos quartéis e acampamentos, etc.” Sob essa orientação, Lênin condena “os espíritos servís da Internacional de Berna, que jamais pensaram em convencer as massas da ideia da inevitabilidade e da necessidade de vencer a burguesia na guerra civil, de seguir uma política orientada integralmente ao objetivo, de esclarecer, defender e resolver todos os problemas deste e somente deste ponto de vista”.

Nessa ordem de raciocínio, Lênin recorreu à denúncia dos assassinatos de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo. Eis: “Agora os heróis da Internacional de Berna pertencem à mesma organização que os Scheidemann, que permitiram o assassinato de Karl Liebk-

“Agora os heróis da Internacional de Berna pertencem à mesma organização que os Scheidemann, que permitiram o assassinato de Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, os Scheidemann que desempenharam o papel de verdugos saídos do movimento operário, e prestaram serviços como verdugos à burguesia. De palavra, tentativas hipócritas de ‘condenar’ os Scheidemann (como se algo importasse condenar!). Nos fatos, pertencem à mesma organização que os assassinos”.

necht, Rosa Luxemburgo, os Scheidemann que desempenharam o papel de verdugos saídos do movimento operário, e prestaram serviços como verdugos à burguesia. De palavra, tentativas hipócritas de ‘condenar’ os Scheidemann (como se algo importasse condenar!). Nos fatos, pertencem à mesma organização que os assassinos”.

Outros pronunciamentos de Lênin

Devido ao espaço, apenas transcrevemos as demais passagens.

Discurso sobre a situação do abastecimento de víveres e a situação militar, pronunciado na Conferência de Moscou de Comitês de Fábricas e Oficinas da direção de sindicatos, delegados da Cooperativa Operária Central de Moscou e do Conselho da Sociedade Cooperação, em 30 de julho de 1919. Eis: “Não por acaso, durante a guerra imperialista, os estratos superiores dos parlamentares socialistas, os estratos superiores do movimento socialista, convergiram com os imperialistas no mundo inteiro. Ajudaram a eclodir a guerra, e chegaram ao extremo de que seus amigos, estando à frente do governo, que assassinou Liebknecht e Rosa Luxemburgo, ajudaram a matar os dirigentes da classe operária. Isso não é culpa de certos indivíduos. Não é o crime de nenhum infeliz criminoso. É o resultado do capitalismo, que os corrompeu. Assim aconteceu em todo o mundo, e a Rússia não é um país privilegiado; para sair da sociedade capitalista, não tínhamos outro recurso senão travar uma dura guerra contra esses estratos superiores”.

O artigo “Entre os Lacaios”, julho de 1919, não foi concluído por Lênin. O último parágrafo diz: “Em todo o mundo, a guerra provocou uma divisão no movimento operário, quando os socialpatriotas passaram para o campo da burguesia. Depois da Rússia, isso se manifestou, com maior clareza, na Alemanha, país capitalista avançado. Defender agora os ‘vínculos ideológicos’ dos reformistas com os revolucionários, equivale a apoiar esses verdugos, surgidos do movimento operário, como Noske e Scheidemann, que ajudaram a burguesia a assassinar Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, e a matar milhares de operários, por sua luta revolucionária contra a burguesia”.

Em 20 de setembro de 1919, Lênin criticou um artigo de Friedrich Stampfer, sobre o novo livro de Kautsky, intitulado “Terrorismo e Comunismo”, voltado a atacar o bolchevismo. Lênin já havia escrito o livro “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”. Eis a passagem, que diz respeito a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht: “(...) se Kautsky não é capaz de fazer uma análise e escreve mentiras sobre os bolcheviques; se

não sabe raciocinar, nem sequer colocar o problema das características distintivas de uma revolução, que surge depois de quatro anos de guerra, poderia, ao menos, observar melhor o que ocorre ao seu redor. O que prova o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo pelos oficiais do exército da república mais democrática alemã? O que prova a invasão do cárcere por esses oficiais, a quem se aplicou uma condenação absurdamente leve? O senhor Kautsky e todo o seu partido ‘independente’ (independente do proletariado, mas muito dependente dos preconceitos pequeno-burgueses) ocultam essas questões e recorrem às condenações chorosas e lamentações filisteias. Por isso, precisamente, cada vez são mais os operários revolucionários do mundo inteiro que viram as costas aos Kautsky, aos Longuet, aos MacDonald e aos Turati, e se voltam aos comunistas, pois, o que o proletariado revolucionário necessita é o triunfo sobre a contrarrevolução, e não a ‘condenação’ impotente dela”.

(As citações foram extraídas do Tomo XXXI, Obras Completas, Lênin, Akal Editor)

Homenagem de Lênin a Rosa Luxemburgo

Em suas “Notas de um Publicista”, escritas em fins de fevereiro de 1922, inacabadas, Lênin prestou a sua última homenagem a Rosa Luxemburgo, comparando-a com uma águia. Como marxista, não poderia deixar de valorizar as inúmeras divergências que teve com a camarada de sua época. As várias citações, que transcrevemos entre janeiro e setembro de 1919, lançam luz à enorme consideração do mais alto dirigente da Revolução Russa a Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, após seus assassinatos. Em particular, os embates com Rosa Luxemburgo foram duríssimos, mas todos eles no terreno marxista do internacionalismo proletário. A própria homenagem a Rosa Luxemburgo está carregada desse sentido e sentimento. Eis: “Paul Levi deseja agora apresentar especiais méritos diante da burguesia – e consequentemente diante dos agentes da II Internacional e da Internacional II ½ – por meio, precisamente, da reedição das obras de Rosa Luxemburgo, nas quais estava equivocada. Contestamos com duas linhas de uma das melhores fábulas russas: às vezes, as águias voam mais baixo que as galinhas, mas as galinhas jamais poderão elevar-se à altura das águias. Rosa Luxemburgo se equivocou no problema da independência da Polônia; se equivocou em 1903, em sua apreciação do menchevismo; se equivocou na teoria da acumulação

do capital; se equivocou em julho de 1914, quando, junto com Plekanov, Vandervelde, Kautsky e outros, defendeu a unidade dos bolcheviques e mencheviques; se equivocou em seus escritos do cárcere, em 1918 (ela mesma ao sair em liberdade, em fins de 1918 e início de 1919, corrigiu grande parte de seus erros). Mas, apesar de todos os seus erros, Rosa Luxemburgo foi e continuará sendo uma águia; e não só sua memória será sempre valiosa, para todos os comunistas, mas também a sua biografia e suas obras completas (cuja edição os comunistas alemães demoram a publicar, aqueles que somente em parte merecem ser desculpados pela enorme quantidade de vítimas que sofrem em sua dura luta) servirão como manuais úteis para a educação de muitas gerações de comunistas de todo o mundo. ‘A socialdemocracia alemã, depois de 4 de agosto de 1914, é um cadáver hediondo’: essa é a sentença que tornará conhecido o nome de Rosa Luxemburgo na história do movimento operário mundial. Enquanto, nos bastidores do movimento operário, entre montes de esterco, as galinhas da espécie de Paul Levi, Scheidemann, Kautsky e toda sua camarilha, continuarão admirando evidentemente, e sobretudo, os erros da grande comunista. A cada um o seu”.

(As citações foram extraídas do Tomo XXXVI, Obras Completas, Lênin, Akal Editor)

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



Breve apresentação do artigo

“Tirem as mãos de Rosa Luxemburgo!”

São muitas as referências, quase sempre curtas, a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht nos *Escritos* (1929-1940), de León Trotsky. Numa parte considerável delas, trata-se de situações em que Trotsky recorre à memória da atuação de ambos como exemplo na luta contra o oportunismo, principalmente em relação à questão da guerra imperialista. A grande maioria dessas citações, todavia, tem o sentido mais amplo de indicar Lênin, Luxemburgo e Liebknecht, os “três L”, como militantes revolucionários, e dirigentes marxistas de rara autoridade política, que encarnaram, como poucos, a política do proletariado.

Numa situação de guerra, uma pequena minoria, apenas por tomar a iniciativa, pode desempenhar um papel decisivo. Pensemos em Liebknecht, pensemos em Rosa Luxemburgo, pensemos em Lênin!”

Citemos duas passagens: “Numa situação de guerra, uma pequena minoria, apenas por tomar a iniciativa, pode desempenhar um papel decisivo. Pensemos em Liebknecht, pensemos em Rosa Luxemburgo, pensemos em Lênin!”. Está claro, neste excerto (extraído de um documento de março de 1934), o grande reconhecimento de Trotsky em relação aos destacados dirigentes. Em outro artigo, de novembro de 1938, Trotsky cogita batizar organização juvenil revolucionária ligada à Quarta Internacional como “Legião de Lênin, Liebknecht e Luxemburgo”. Logo a seguir, faz algumas ressalvas à própria proposta, como a de que seria “demasiadamente pessoal”, e firma a posição de que o melhor nome seria “Legião da Revolução Socialista”. Em suas palavras: “Estou certo de que a Luxemburgo, Liebknecht e Lênin também lhes pareceria melhor”.

Citações como essas abundam nos *Escritos*. A referência aos “três L”, contudo, não significa que Trotsky alinhe os três revolucionários no mesmo patamar. Lênin ocupa um lugar particular, superior aos demais. E é o próprio Trotsky quem explica o papel de cada um deles, analisando suas ideias e trajetórias políticas. Em dois textos, especificamente, essa análise aparece mais desenvolvida: “Tirem as mãos de Rosa Luxemburgo!”, de 28 de junho de 1932, e “Rosa Luxemburgo e a Quarta Internacional”, de 24 de junho de 1935. O Partido Operário Revolucionário publica, abaixo, o segundo deles, na íntegra. A sua devida compreensão, porém, torna-se mais difícil sem conhecer o conteúdo do primeiro.

Eis, então, os seus pontos essenciais: Trotsky começa o artigo “Tirem as mãos...” explicando o que o motivava a escrever sobre Rosa Luxemburgo, mais de 13 anos após a sua morte e a de Liebknecht. Mais do que escrever “sobre” eles, estava sendo obrigado a defendê-los. Stalin havia escrito um documento intitulado “Sobre alguns problemas da história do bolchevismo”, no qual aparecem vários problemas, com destaque para dois aspectos: “Stalin coloca esta grande revolucionária no campo do centrismo! Mostra – evidentemente, não mostra, mas afirma – que o bolchevismo, desde o dia em que surgiu, sustentou a linha de ruptura com o centrismo kautskista, enquanto Rosa Luxemburgo na época apoiava Kautsky desde a esquerda”.

Trotsky começa desmentindo a versão forjada por Stalin sobre a relação entre o bolchevismo e Kautsky. Não é verdade que Lênin postulava tal linha de ruptura desde a origem do bolchevismo (1903-1904), e sim, propunha uma ruptura com a ala direita da socialdemocracia alemã, a ala oportunista representada por Bernstein. Nessa etapa, Kautsky combatia Bernstein. Lênin dizia, à época: “O bolchevismo não é uma tendência independente, mas uma tradução para as condições russas da tendência Bebel-Kautsky”. Lênin considerava, neste momento, Kautsky como um mestre, como um marxista autêntico.

A seguir, Stalin dá um salto dos anos 1903-1904 para a crítica de Lênin ao chamado “Folheto Junius” (1916), sobre a guerra (“Junius” foi o pseudônimo utilizado por Rosa nesse escrito). A crítica de Lênin é bastante severa (não é o caso de entrar no mérito). No entanto, é preciso observar que, a essa altura, Lênin já havia rompido com Kautsky. O outrora mestre, verdadeiro marxista, transformou-se em um renegado, um traidor. A capitulação da socialdemocracia alemã, em agosto de 1914, quando adotou a posição chauvinista de “defesa da Pátria”, pegou Lênin totalmente de surpresa. Rosa Luxemburgo, porém, já vinha, desde os primeiros anos do século XX, na oposição ao Comitê Central de Kautsky-Bebel.

Segundo Trotsky, “Lênin não participou dessa luta, nem apoiou Rosa Luxemburgo até 1914. Totalmente absorvido pelos problemas russos, ele manteve extrema cautela nos assuntos internacionais. Para Lênin, a estatura revolucionária de Bebel e Kautsky era infinitamente maior do que aos olhos de Rosa Luxemburgo, que os observava de perto, em ação, e estava imersa diretamente na atmosfera da política alemã”. Em outras palavras, Trotsky reconhece que Rosa viu antes de Lênin os germens da podridão no seio da socialdemocracia alemã, que se confirmou em 1914.

Trotsky cita um trecho de uma carta de Lênin a Shliapnikov, de outubro de 1914: “Eu odeio e desprezo Kautsky agora, mais do que todo o resto do rebanho hipócrita, imundo, vil e autossuficiente [...] Rosa Luxemburgo está certa, ela entendeu há muito tempo, que Kautsky possuía em alto grau o ‘servilismo de um teórico’: dito com mais clareza, sempre foi lacaios, lacaios da maioria do partido, lacaios do oportunismo”. Como se vê, o próprio Lênin admite que, nesta questão, era Rosa quem estava com a razão. Trotsky não deixa de ver nisso uma prova de que Lênin não nasceu como um revolucionário acabado, em vez disso, “ele fez de si mesmo um Lênin”.

Nesse ponto do artigo, Trotsky aproveita para fazer uma ressalva quanto ao papel de cada um desses revolucionários: “Considerando as divergências de conjunto entre Lênin e Rosa Luxemburgo, a razão histórica está inteiramente do lado de Lênin. Mas, isso não exclui o fato de que em certos problemas e em certos momentos Rosa Luxemburgo estava certa contra Lênin. Em qualquer caso, as divergências, apesar de sua extrema aspereza e importância ocasionais, estavam assentadas na política revolucionária do proletariado, comum a ambos”.

Trotsky precisou retomar toda a trajetória da relação entre Lênin e Rosa, pois, Stalin estava, em 1932, atacando a segunda, colocando-a artificialmente em oposição ao primeiro, empregando para isso, inclusive, o método da falsificação da história. As citações acima demonstram que, ao contrário de Stalin, que

caracterizou Luxemburgo como “centrista”, Lênin a via como uma legítima “representante do marxismo sem falsificações” (a expressão entre aspas é do próprio Lênin). E Trotsky complementa: “qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento de Lênin sabe o que essa denominação significa de sua parte”.

Trotsky, então, indaga quais seriam os motivos para que Stalin, de repente, tivesse de se dedicar, depois de tanto tempo, a revisar a velha caracterização bolchevique sobre Rosa Luxemburgo. A resposta: “a razão disso – o mais escandaloso de todos os seus abortos teóricos [refere-se a Stalin], como o dos anteriores – está na lógica de sua luta contra a teoria da revolução permanente”. Ou seja, Stalin estava distorcendo os fatos, colocando (falsamente) Rosa e Parvus como “criadores” daquilo que chamou de “esquema utópico e semi-menchevique da revolução permanente”, de modo que o próprio Trotsky o teria apenas “aplicado”. A seguir, Trotsky vai refutando cada um dos pseudoargumentos de Stalin a esse respeito, apontando seus erros e contradições.

Já se aproximando do final do artigo, Trotsky lembra do escri-

to de Luxemburgo, de quando estava presa, em 1918, sobre a Revolução Russa. Apesar dos erros de análise cometidos por Rosa, Trotsky não deixa de registrar uma citação, de fato muito importante: “tudo o que o partido poderia fazer no campo da coragem revolucionária, ação firme, visão e coerência, tudo o que Lênin, Trotsky e seus companheiros fizeram, toda a honra revolucionária e capacidade de ação, que tanto carece à socialdemocracia ocidental, os bolcheviques provaram possuir. Sua Insurreição de Outubro salvou, não apenas a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional”. São essas as palavras de Rosa Luxemburgo, sobre as quais Trotsky lança a seguinte pergunta: “É possível que esta seja a voz do centrismo?”.

Finalizamos esta breve apresentação com os dizeres do próprio Trotsky: “Sim, Stalin tem motivos suficientes para odiar Rosa Luxemburgo. Mais imperativo, então, é a nossa obrigação de resgatar sua memória das calúnias de Stalin, que foram tão bem acolhidas pelos burocratas de ambos os hemisférios, e de transmitir às jovens gerações proletárias, em toda sua grandeza e força inspiradora, esta imagem verdadeiramente bela, heroica e trágica”.

Rosa Luxemburgo e a Quarta Internacional

Breves notas sobre um tema importante

Trotsky, 24 de junho de 1935

Tanto na França como em outros países, realiza-se, atualmente, uma tentativa de criar um suposto luxemburguismo, que sirva de trincheira aos centristas de esquerda, contra os bolchevique-leninistas. Esta questão pode adquirir uma grande importância. Talvez, em um futuro próximo, se torne necessário dedicar um artigo mais extenso sobre o luxemburguismo real e o pretenso. Aqui só quero me referir aos aspectos essenciais da questão.

Várias vezes já tomamos a defesa de Rosa Luxemburgo contra as tergiversações insolentes e estúpidas de Stalin e de sua burocracia. Continuaremos a fazê-lo. Não o fazemos movidos por considerações sentimentais, senão pelas exigências da crítica histórico-materialista. No entanto, nossa defesa de Rosa Luxemburgo não é incondicional. Os aspectos frágeis de seus ensinamentos foram expostos na teoria e na prática. Os membros do SAP (Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha) e outros elementos afins (ver, por exemplo, o diletantismo intelectual da “cultura proletária” do *Spartacus* francês, o jornal dos estudantes socialistas belgas, e por vezes também, a *Ação Socialista* belga, etc.) só se utilizam dos aspectos fracos e das deficiências que, em Rosa Luxemburgo, não eram, de modo algum, decisivos. Generalizam e exageram essas fraquezas ao extremo, e constroem sobre isso um sistema totalmente absurdo. O paradoxo está no fato de que os estalinistas, em sua nova reviravolta, aproximam-se teoricamente – sem o admitirem, nem sequer o compreenderem – dos aspectos negativos e deformados do luxemburguismo, sem falar dos centristas tradicionais ou dos centristas de esquerda do campo socialdemocrata.

É inegável que Rosa Luxemburgo opôs fervorosamente a espontaneidade das ações de massas à política conservadora, “coroadas de vitórias”, da socialdemocracia alemã, sobretudo

depois da revolução de 1905. Esta oposição se revestia de um caráter absolutamente revolucionário e progressivo. Muito antes de Lênin, Rosa Luxemburgo compreendeu o caráter conservador dos aparatos partidário e sindical ossificados, e começou a combatê-los. Levando em conta a inevitável agudização dos conflitos de classe, ela sempre previu com clareza a elementar irrupção independente das massas, contra a vontade e a conduta do oficialismo. Nesse sentido histórico mais amplo, está

Ao contrário de Parvus, Rosa Luxemburgo dirigiu seus esforços para educar e preparar a ala revolucionária do proletariado, e para organizá-la. Ela construiu na Polônia uma organização independente bastante rigorosa.

comprovado que Rosa tinha razão, pois, a revolução de 1918 foi “espontânea”, isto é, foi realizada pelas massas, a despeito de todas as previsões e preparativos da direção oficial. Mas, por outro lado, toda a história posterior da Alemanha demonstrou amplamente que a espontaneidade, por si só, estava longe de ser suficiente para a vitória: o regime de Hitler é um argumento de peso contra a panaceia do espontaneísmo.

A própria Rosa nunca se limitou meramente à teoria do espontaneísmo, como o fez Parvus, por exemplo, que trocou, mais tarde, seu fatalismo acerca da revolução social pelo mais repugnante dos oportunismos. Ao contrário de Parvus, Rosa Luxemburgo dirigiu seus esforços para educar e preparar a ala revolucionária do proletariado, e para organizá-la. Ela construiu na Polônia uma organização independente bastante rigorosa. Diante das ações de massa que eram esperadas, pode-se dizer no máximo que, na concepção histórico-filosófica do movimento operário de Rosa, a seleção preparatória da vanguarda se mostrou deficiente. Ao mesmo tempo em que Lênin, sem se consolar com futuras ações miraculosas, trabalhava incan-



savelmente para ganhar para as suas fileiras os operários mais avançados, ligando-os através de organismos sólidos, legais ou ilegais, nas organizações de massa ou na clandestinidade, por meio de um programa rigorosamente delimitado.

A teoria do espontaneísmo de Rosa era uma ferramenta salutar contra o aparato ossificado do reformismo. Porém, devido ao fato de ter eventualmente se voltado contra o trabalho de Lênin pela construção de uma organização revolucionária, revelaram-se nela – na verdade, apenas de maneira embrionária – características reacionárias. Mas, isso se manifestou nela apenas episodicamente. Era muito realista, no sentido revolucionário do termo, para desenvolver os elementos da teoria do espontaneísmo, até convertê-la em um sistema metafísico acabado. Na prática, ela mesma, a cada instante, minava esta teoria. Após a revolução de novembro de 1918, ela se lançou ao árduo trabalho de reunir a vanguarda proletária. Apesar do seu livro, que ela escreveu na prisão e nunca publicou, teoricamente bastante fraco, a respeito da Revolução Soviética, a sua intervenção posterior nos permite assegurar que ela se aproximava, cada dia mais, da concepção teórica clara de Lênin sobre a direção consciente e a espontaneidade. Foi esta circunstância, também, que certamente a impediu de publicar seu escrito contra a política bolchevique, do qual, mais tarde, se abusou de modo tão vergonhoso.

Tratemos de aplicar à época atual o conflito entre as ações espontâneas de massas e o trabalho organizativo consciente. Que imensa demonstração de força e abnegação têm dado as massas trabalhadoras de todos os países civilizados e semicivilizados, desde a Primeira Guerra Mundial! Não há um precedente comparável em toda a história. Nesta medida, Rosa Luxemburgo teve toda a razão contra os filisteus e os cretinos do obstinado conservadorismo burocrático, “coroados de vitórias”.

Mas, é justamente o desperdício dessas incomensuráveis energias que constitui a base para o enorme refluxo do proletariado e a vitória do fascismo. Pode-se dizer, sem receio de exagerar: o que determina a situação mundial de conjunto é a crise de direção do proletariado. Hoje, o campo do movimento operário ainda está tomado pelas ruínas das velhas organizações falidas. Depois de numerosos sacrifícios e desilusões, a maior parte do proletariado europeu encontra-se retraída. Eis a lição crucial que o proletariado extrai, consciente ou semiconscientemente, de suas amargas experiências: as grandes ações exigem uma direção à altura. Para os assuntos corriqueiros, os operários continuam a dar seus votos às velhas organizações. Mas, apenas seus votos, que não significam, em absoluto, sua confiança ilimitada. Por outro lado, após o lamentável colapso da Terceira Internacional, tornou-se muito mais difícil fazê-los confiar em uma nova organização revolu-

cionária. Está aí, precisamente, onde reside a crise de direção revolucionária. Nessa situação, cantar uma monótona canção sobre ações de massas, para um futuro indeterminado, em contraposição a uma seleção consciente de quadros para uma nova Internacional, significa realizar um trabalho totalmente reacionário. Esse é justamente o papel do SAP no “processo histórico”.

O bom rapaz Paul Froelich pode, é claro, recorrer às suas lembranças marxistas para conter a torrente da teoria da espontaneidade bárbara. Essas medidas protecionistas puramente literárias dificilmente impedirão os discípulos de um Miles (estimado autor da resolução sobre a paz e o não menos apreciado autor do artigo na edição francesa do Boletim da Juventude), os Oscar Wassermann e os Boris Goldenberg, de introduzirem os disparates espontaneístas mais repugnantes nas próprias fileiras do SAP. A política prática de Schwab (a astúcia de “não dizer do que se trata” e o eterno consolo pe-

las futuras ações de massa e pelo “processo histórico” espontâneo) é apenas uma exploração tática de um luxemburguismo totalmente distorcido e vulgarizado. E, na medida em que os Paul Froelich não atacam abertamente essa teoria e prática em seu próprio partido, seus artigos contra Miles adquirem o caráter de um alibi teórico. Esse tipo de alibi somente se torna necessário quando alguém participa de um crime premeditado.

A crise de direção proletária não pode, evidentemente, ser superada por meio de uma fórmula abstrata. Trata-se de um processo extremamente longo. Mas, não se trata apenas de um processo puramente “histórico”, ou seja, das premissas objetivas da atividade consciente, senão de uma cadeia ininterrupta de medidas ideológicas, políticas e organizativas, com o propósito de unir os melhores elementos, os mais conscientes do proletariado mundial, sob uma bandeira sem mancha, elementos

cuja quantidade e confiança em si mesmos devem se fortalecer constantemente, cujo vínculo com os setores mais amplos do proletariado deve se desenvolver e aprofundar. Em suma: trata-se de devolver ao proletariado, sob condições novas e extremamente difíceis, a sua direção histórica. Essa nova onda de confusionistas do espontaneísmo tem tanto direito de falar sobre a Rosa Luxemburgo, quanto os burocratas da Comintern (Terceira Internacional) sobre Lênin. Deixemos de lado tudo o que é secundário, ultrapassado pelos acontecimentos, temos todo o direito de colocar nosso trabalho pela IV Internacional sob o signo dos “três L”, ou seja, não apenas sob o de Lênin, mas igualmente sob o de Luxemburgo e Liebknecht.

(Extraído dos Escritos de Leon Trotsky, tomo VII, 1935-1936, volume 1, Editorial Pluma)

Nesta edição:

- **EUA:** *Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) / Sintoma do agravamento da crise nos Estados Unidos*
- **Cuba:** *Novas medidas econômicas restauracionistas.*
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) Sintoma do agravamento da crise nos Estados Unidos

A invasão do Congresso por centenas de apoiadores de Trump, objetivando impedir a certificação da vitória de Biden, indicou a gravidade da crise social e política estadunidense. Após horas de ocupação, mortes, dezenas de prisões e negociações, os manifestantes recuaram e se realizou a sessão conjunta das Câmaras, para confirmar a vitória de Biden.

Assombrou a displicência da polícia federal em não resistir à invasão e, em grande parte, facilitar o rompimento do cerco policial. A conivência das forças de segurança convergiu, dessa forma, com a política de Donald Trump de insuflar e convocar as organizações direitistas e supremacistas brancas a defenderem o seu governo.

A maioria dos republicanos e dos democratas condenou a invasão, como um “*ataque à democracia*”. Mesmo assim, Trump e seus sequazes no Parlamento declararam que o fato demonstrava a necessidade de uma auditoria das eleições.

As imagens da invasão - das mortes (uma manifestante morreu atingida pelas forças de segurança do Congresso, e outros três enquanto recebiam atenção médica), dos gases espalhados por todo o prédio, congressistas fugindo e seguranças de armas em punho - impressionaram por transformar a principal instituição da política burguesa imperialista em uma praça de guerra. Em particular, pôs de relevo a existência das tendências fascizantes, que vêm ganhando projeção na política burguesa e nas relações entre as classes nos EUA.

A explosão da crise capitalista nos Estados Unidos, em 2008, indicou o agravamento das contradições sociais mundiais. A elevação de Trump ao comando do mais importante pilar da política imperialista evidenciou a potenciação das forças burguesas e pequeno-burguesas nacionalistas ditatoriais; bem como o agravamento da opressão social e nacional, como única via dos monopólios para manterem seus lucros.

O avanço da guerra comercial e do intervencionismo sobre as semicolônias demonstra que não há como resolver o esgotamento da divisão do mundo, surgido do pós-Segunda Guerra Mundial, sem impor uma nova partilha. A violência policial contra as massas negras e o crescimento do nacional-chauvinismo branco demonstram, por sua vez, o quanto se avançou a militarização dentro das fronteiras nacionais.

Sobre essa base material e social é que eclodiram as profundas divisões políticas estadunidenses. As mobilizações das massas negras contra o racismo e violência policial confluíram com as greves operárias em defesa dos salários e direitos. O que expressa a revolta instintiva dos explorados e oprimidos

contra a desagregação social, econômica e política do regime burguês e a crise estrutural do capitalismo. Também, por sua vez, tomou forma a projeção e crescimento de organizações nacional-chauvinistas, expressão social do desespero da pequena burguesia arruinada e setores operários brancos, diante do inevitável declínio da economia norte-americana.

A eleição e a posse de Trump em janeiro de 2017 compareceram, ilusoriamente, como uma via para superar os impasses do governo democrata, confrontado com a marcha da crise mundial e com os limites de sua estratégia internacional, a que se denominou de multilateralismo. A pandemia agravou a crise interna e mundial. Por uma pequena margem, Trump foi derrotado. A divisão interburguesa, que perpassa o país, não desaparece e nem se arrefece com a vitória de Biden, cuja bandeira de retomada do multilateralismo se encontra esfarapada.

A resistência de Trump em reconhecer a vitória dos democratas e a tentativa de invalidar as eleições se apoiam em uma imensa camada da classe média, que não vê nos democratas um governo capaz de protegê-la da desintegração econômica. Trump sai do governo sem ter concluído a experiência de seu nacional-chauvinismo. A manifestação de um grupo radical no Parlamento refletiu mais uma ação desesperada do que um movimento da pequena-burguesia descontente com a vitória de Biden. De qualquer modo, o governo de Biden se iniciará com a divisão bem demarcada e manchada de sangue.

A desorganização da classe operária norte-americana e o apodrecimento do sindicalismo burocrático vêm à tona nessas condições. Sem bandeiras, política e estratégia próprias, as massas são arrastadas por trás dos republicanos e democratas, que manejam a vida social do país e os interesses imperialistas dos monopólios e do capital financeiro. Não se pode perder de vista que as contradições econômicas da maior potência e a decomposição crescente de sua democracia se refletem em todo o mundo, na forma da guerra comercial, intervencionismo militar, cercos econômicos, imposição de planos antinacionais e intensificação da exploração do trabalho e saque de riquezas. Os explorados não encontrarão nenhuma saída, seja com o governo democrata, seja republicano. A luta de classes passará a ter cada vez mais projeção. Um passo que se dê na construção do partido marxista-leninista-trotskista nos Estados Unidos pesa na balança da vanguarda com consciência de classe, que luta pela superação da crise mundial de direção revolucionária.

7 de janeiro de 2021

Cuba

Novas medidas econômicas restauracionistas

Desde 1º de janeiro, rege na ilha a moeda única e conversível. Aprovada em 10 de dezembro de 2020, adotou-se o Peso Cubano-CUP como referência (24 pesos cubanos por 1 dólar), e eliminou-se da circulação o Peso Conversível-CUC (1 peso cubano por 1 dólar). Foram também anunciadas medidas que ampliam a autonomia dos municípios para fixar políticas fiscais “competitivas”, visando a atrair investimentos estrangeiros, que favoreçam o início de atividades de comércio, onde se oferecerão produtos em moeda livremente conversível (só se poderá comprar com cartão de crédito), que “estimulem” a participação majoritária de capital estrangeiro em todos os setores da economia (com exceção dos de extração de recursos naturais e prestação de serviços públicos); as empresas estatais terão um ano para “colocar suas contas em ordem”, uma vez que se eliminarão os subsídios, e se criarão “linhas de crédito” condicionadas à melhoria nos índices de produtividade.

Ocorre que a “adequação” dos preços de produtos e bens de consumo industrial e popular aos valores do mercado mundial – eis o real conteúdo da unificação monetária e cambial – constitui uma via para realizar uma progressiva transferência de ingressos dos bolsos populares e do Tesouro para as mãos de empresários e diretores das empresas estatais e “mistas” (conformadas por capitais privados e estatais). Por sua vez, a adequação dos preços internos aos valores internacionais impulsiona a elevação da produtividade empresarial, por meio de ataques às condições de vida dos assalariados.

Esse percurso foi definido em seus objetivos gerais, quando da aprovação da nova Constituição, em janeiro de 2019. Com ela, criaram-se as bases jurídicas, e se fixaram os processos administrativos, que levam ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção em todas as áreas do trabalho social e da economia estatizada. E que, agora, se concretiza com a política de impulsionar a “confluência” de capitais privados e estatais na fixação das metas produtivas, preços das mercadorias e dos salários diferenciados e atados à produtividade. O que significa assentar um golpe definitivo na planificação econômica, e inocular os germes da anarquia da produção capitalista ao interior da produção social estatizada.

A “unificação” monetária e cambial é mais um passo nesse caminho, fechando definitivamente toda uma etapa histórica. Após a revolução, Cuba se integrou à COMECON (bloco comercial que reunia os países do Leste Europeu e da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS). O que permitiu à revolução cubana resistir ao cerco imperialista, e criou um amplo mercado às exportações de açúcar e à atividade turística, por décadas, as principais fontes de divisas. Entretanto, essa integração refletiu-se na rápida degenerescência do Estado operário nascido da revolução. Bem como

na permanência do atraso no desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

Uma vez extinta a URSS, Cuba afundou em uma grave crise econômica: o chamado “período especial”, caracterizado pelo fechamento do principal mercado externo, e fonte de financiamento barato e de importações de produtos de alto valor agregado a preços subsidiados. A violenta mudança da situação obrigou a burocracia castrista a manter em pé as atividades econômicas, reduzindo ao máximo o nível de vida das massas e as importações de bens de alto valor agregado.

Foi nessas condições que o governo adotou a dupla circulação monetária, visando a proteger a economia e preservar as empresas estatais das poderosas forças e leis econômicas da concorrência monopolista e do mercado mundial. Condições em que manifestavam – e se manifestam – o abismal déficit comercial – baixo valor agregado e escasso volume das exportações;

altos preços e grandes volumes das importações de produtos e bens necessários à reprodução das condições materiais da indústria e do consumo da população (matérias-primas e semielaborados industriais, combustíveis e derivados, maquinaria e ferramentas, trigo, arroz, milho, leite, farinha de soja, frango, etc.).

Essa política se manteve quando da aproximação governo cubano com o governo nacionalista burguês de Hugo Chávez. O que permitiu equacionar conjuntamente a perda do principal

parceiro histórico, importando o petróleo venezuelano a preços subsidiados, com os ingressos de divisas pela exportação de mão-de-obra especializada (médicos), e o crescimento do turismo mundial. Porém, o agravamento das tendências de desagregação da economia mundial, o recrudescimento do embargo econômico norte-americano e, mais recentemente, a paralisia agravada pela pandemia, acabaram por afundar a economia cubana em -19%. De forma que o Estado se achou sem liquidez financeira para continuar a sustentar a política que sobreviveu por mais de 25 anos. E, incapaz de responder às novas condições, o regime castrista decidiu trilhar o caminho da burocracia russa: romper definitivamente com o passado revolucionário, e dar um salto na restauração do capitalismo.

Segundo o governo, não há outra via para retomar o crescimento econômico. Mas, o certo é que as medidas aprovadas impulsionarão um violento aumento dos preços de insumos industriais (meios de produção e matérias-primas), e dos produtos e bens de consumo popular. Segundo diversos analistas, as tarifas de energia e telefonia poderão aumentar entre 300% e 600%. A dos medicamentos, a exemplo de analgésicos e dos antibióticos, em até 13 vezes seu atual preço. Os produtos

importados, em até 1200%. Diferentemente, os aumentos salariais aprovados recentemente alcançariam até 800%. Dada a contundência dessas medidas, o governo cubano já anunciou a manutenção da distribuição pelo Estado de diversos produtos básicos a preços subsidiados.

Ocorre que a “adequação” dos preços de produtos e bens de consumo industrial e popular aos valores do mercado mundial – eis o real conteúdo da unificação monetária e cambial – constitui uma via para realizar uma progressiva transferência de ingressos dos bolsos populares e do Tesouro para as mãos de empresários e diretores das empresas estatais e “mistas” (conformadas por capitais privados e estatais). Por sua vez, a adequação dos preços internos aos valores internacionais impulsiona a elevação da produtividade empresarial, por meio de ataques às condições de vida dos assalariados. De fato, essa via foi traçada na Gazeta Oficial nº69 (10 de dezembro), que, ao lado do anúncio do aumento em cinco vezes do salário-mínimo (elevando-o a 2,1 mil pesos cubanos por mês) e das aposentadorias, anunciou a implementação de incentivos salariais, condicionados pela produtividade e uma escala salarial segundo o nível de escolaridade e das “responsabilidades”.

O aumento dos salários comparece de fato como um ajuste do valor da força de trabalho nacional aos preços internacionais. Eis por que, apesar dos elevados aumentos, os salários acham-se ainda muito abaixo da média mundial. O que favorece amplamente as empresas estrangeiras e “mistas”, que terão condições de explorar mão-de-obra em pesos cubanos, e poderão exportar e vender as mercadorias ao valor do dólar. Enquanto as diferenciações salariais nas estatais impulsionarão o corporativismo e a diferenciação social entre o operário diante do capataz e diretor.

As novas medidas salariais e trabalhistas rompem mais de 50 anos de existência de um piso salarial, aposentadorias, pensões e condições trabalhistas mínimas e comuns, garantidas a todos os assalariados. Tais mudanças adequam-se, de fato, ao novo “Código do Trabalho”, que consta como parte integrante da nova Constituição e que, dentre outras coisas, facilita a demissão “sem justa causa”, e estendem a jornada de trabalho de 8 para 9 horas (no privado é de até 12 horas), nas empresas e comércio estatais.

As medidas podem ser entendidas ainda como um sinal de “boa fé” do governo cubano de reatar os laços diplomáticos e econômicos estabelecidos durante o governo Obama, logo

desfeitos pelo governo de Trump. A eleição de Biden é tomada pela burocracia estalinista cubana como uma nova chance de reerguer os acordos desfeitos. Favorecer a penetração monopolista na Ilha torna-se, nesse sentido, um recurso diplomático, para criar uma base ao lobby empresarial em favor do reatamento das relações.

Entretanto, dar passos tão ousados significa também agravar as contradições sociais e alavancar a luta de classes em todas as áreas do trabalho social e da distribuição dos produtos, acirrando, portanto, a luta pela apropriação da mais-valia no interior da produção e na esfera do consumo. Não por acaso, o primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba (PCC), Raúl Castro, e o primeiro-ministro, Miguel Díaz-Canel, alertaram que “A tarefa não está isenta de riscos”, e que “um dos

principais é que ocorra uma inflação superior à projetada, agravada pelo atual déficit de oferta”. Mas, reforçaram que o sucesso das reformas não poderia ser alcançado “através do igualitarismo, e sim promovendo o interesse e a motivação pelo trabalho”. Mas, assinalaram, isso não significava desconhecer que “ninguém ficaria desprotegido”, e que “Os preços abusivos e especulativos não serão permitidos”. Com esse palavreado, os burocratas esperam não ter de enfrentar revoltas dos explorados.

Ao avançar na destruição do que resta das conquistas da revolução, a bu-

rocracia do Partido Comunista Cubano se ergue como árbitro entre a propriedade privada, que se recompõe, e a social, que se decompõe; entre a burguesia imperialista e seus agentes internos, e o proletariado e demais oprimidos cubanos. A sobrevivência da burocracia estatal e da casta privilegiada depende da manutenção do controle de setores estratégicos da economia e do aparelho do Estado.

A luta da vanguarda com consciência de classe contra a restauração capitalista e em defesa das conquistas da Revolução de 1959 exige constituir o partido marxista-leninista-trotskista. A ditadura burocrática do castro-estalinismo não tem mais como se ocultar por trás da bandeira do comunismo. Ou será derrubada pela revolução política, ou a restauração avançará a passos largos. É parte dessa tarefa, impulsionar uma campanha que esclareça a vanguarda latino-americana sobre o real conteúdo das medidas restauracionistas, que evidencie a imperiosa necessidade de defesa das conquistas revolucionárias das massas cubanas, e que hasteie bem alto a bandeira do internacionalismo proletário.

Ao avançar na destruição do que resta das conquistas da revolução, a burocracia do Partido Comunista Cubano se ergue como árbitro entre a propriedade privada, que se recompõe, e a social, que se decompõe; entre a burguesia imperialista e seus agentes internos, e o proletariado e demais oprimidos cubanos.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Neste jornal Massas, concluiremos a síntese das *“Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado”*. Lênin dedicou uma parte das Teses para evidenciar a falsa posição dos revisionistas que opunham, abstratamente, a ditadura e a democracia em geral, destituindo-as de seu conteúdo de classe. Recorreu às experiências para demonstrar que toda sociedade dividida em classes, historicamente, é regida por uma ditadura de classe. No capitalismo, a violência contrarrevolucionária decorre da dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

A abertura do Congresso de fundação da III Internacional, no dia 2 de março de 1919, foi dedicada a dois mártires da revolução socialista, assassinados em 15 de janeiro de 1919, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Transcrevemos parte da Tese 11. *“Na Alemanha, o país capitalista mais desenvolvido do continente europeu, os primeiros meses de plena liberdade republicana, implantada como consequência da derrota da Alemanha imperialista, mostraram aos operários alemães e a todo o mundo a verdadeira natureza de classe da república democrática burguesa. O assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo é um acontecimento de alcance histórico mundial, não só porque morreram tragicamente os melhores lutadores e dirigentes da verdadeira Internacional proletária, da Internacional Comunista, mas também porque colocou, definitivamente, às claras, a natureza de classe de um Estado europeu avançado (pode-se deduzir, sem exagerar: de um Estado avançado em escala mundial). Se prisioneiros, sob a proteção do poder do Estado, podem ser assassinados impunemente por oficiais e capitalistas, sob um governo dirigido por socialpatriotas, se deduz que, se em uma república democrática é permitido ocorrer tais fatos, é porque está sob uma ditadura da burguesia. Aqueles que expressam sua indignação pelo assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, mas não compreende este fato, não fazem senão expor sua estupidez ou sua hipocrisia. A ‘liberdade’, em uma das repúblicas mais livres e avançadas do mundo, na república alemã, é a liberdade de assassinar impunemente os dirigentes do proletariado, que se encontravam presos. E não pode ser de outro modo, enquanto subsistir o capitalismo, pois, o desenvolvimento da democracia, não apenas não atenua, como também agudiza a luta de classes, que, em virtude de todos os resultados e influências da guerra e suas consequências, chegou ao seu ponto de ebulição”*.

Essa formulação, baseada nos acontecimentos contrarrevolucionários da Alemanha, se voltava frontalmente contra os revisionistas, lacaios da burguesia, que condenavam a ditadura do proletariado, em nome da defesa da democracia em abstrato. As ilusões na possibilidade de um terceiro caminho entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado resultavam em cobertura da violência contrarrevolucionária da minoria exploradora contra a maioria explorada.

Lênin tomou os acontecimentos e exemplos da situação, para demonstrar que *“a ditadura do proletariado é similar à ditadura das demais classes, uma vez que está determinada pela necessidade, como ocorre com toda ditadura, de esmagar com violência a resistência da classe que perde sua dominação política”*. Mas, há diferenças essenciais: *“(…) a ditadura do proletariado é a repressão violenta da resistência dos exploradores, isto é, de uma insignificante minoria da*

população; dos latifundiários e capitalistas”; a ditadura da burguesia se reveste da democracia parlamentar formal, enquanto a ditadura do proletariado se assenta na democracia dos soviets, criados pelo proletariado no processo da revolução. A igualdade que a burguesia aventou, mas que nunca pôde cumprir, *“o poder soviético ou a ditadura do proletariado”* se realiza pondo fim às *“distinções, de sexo, religião, raça ou nacionalidade”*.

Os revisionistas foram em busca da Assembleia Constituinte, para questionar a democracia soviética. Diz a Tese 21: *“É ridícula a tentativa de unir o sistema dos soviets, isto é, a ditadura do proletariado, com a Assembleia Nacional, ou seja, com a ditadura da burguesia, isso desmascara por completo a indigência mental dos socialistas e socialdemocratas amarelos, sua perspectiva política reacionária pequeno-burguesa e suas covardes concessões à irresistível e crescente força da nova democracia, da democracia proletária”*. E completa a crítica: *“Mas, praticamente – do ponto de vista político, o fato de que estes independentes, que no plano teórico e no dos princípios sempre se opuseram a estas organizações estatais, tragam bruscamente a estúpida proposição de unir pacificamente a Assembleia Nacional com o sistema dos soviets, isto é, de unir a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado – se observa que entre as massas está ocorrendo uma grande mudança”*.

Nesse embate, Lênin fez uma observação, que no fundo é uma autocrítica. *“(…) Em nossa revolução, avançamos pela via prática. E não pela teórica. Por exemplo, antes não tratamos teoricamente o problema da Assembleia Constituinte, e não dissemos que não a reconhecíamos. Somente mais tarde, quando as organizações soviéticas se espalharam por todo o país e conquistaram o poder político, somente então resolvemos dissolver a Assembleia Constituinte”*. Essa breve exposição sobre o ressurgimento dos soviets e a enorme extensão alcançada entre as massas insurretas permite compreender que os novos fenômenos da luta de classes exigem novas formulações teóricas. Os revisionistas do marxismo se apegavam à Assembleia Constituinte, para combater a ditadura do proletariado, desconhecendo a obra criadora do proletariado, que era a democracia revolucionária na forma dos soviets.

No dia 2 março, Lênin apresentou, na abertura do Congresso, a homenagem a Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Dois dias depois, no dia 4, expôs as *“Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado”*. No dia 5, enviou o artigo *“Conquistado e Anotado”*, ao jornal Pravda, no qual expressou sua profunda convicção histórica: *“O marxismo, iluminado pelos raios brilhantes da nova experiência dos operários revolucionários – experiência de riqueza universal –, nos ajudou a compreender as leis que regem o desenvolvimento dos acontecimentos. Ajudará os proletários de todo o mundo, que combatem pelo fim da escravidão assalariada capitalista, a adquirir uma consciência mais clara dos objetivos de sua luta, a marchar com passos mais firmes no caminho traçado, a conquistar e a confiar na vitória com maior segurança e firmeza. A fundação da III Internacional, da Internacional Comunista, significa que chegamos aos umbrais da República Internacional dos soviets, aos umbrais da vitória internacional do comunismo”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)